

Ana Carolina Bordinhão Pires

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROPOSTA SAUDÁVEL: A  
PERFORMATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS FRENTE À  
REALIDADE ESCOLAR EM FLORIANÓPOLIS – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharela  
em Ciências Sociais pela Universidade  
Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia da  
Silva Mazon

Florianópolis  
2014



Ana Carolina Bordinhão Pires

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROPOSTA SAUDÁVEL: A  
PERFORMATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS FRENTE À  
REALIDADE ESCOLAR EM FLORIANÓPOLIS – SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharela”, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, dezembro de 2014.

---

Prof. Jeremy Deturche, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Marcia da Silva Mazon, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Antonio Alberto Brunetta, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Denise Maria Nunes, M.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico esta pesquisa ao meu avô, meu maior exemplo de vida.



O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.





## AGRADECIMENTOS

A elaboração da monografia foi um fato que me comprovou que simplesmente não podemos viver sozinhos. Por mais que o trabalho seja individual, há um turbilhão de pessoas por trás nos ajudando fazer acontecer, seja por apoio, seja por conselhos, seja por causar pânico para que o trabalho saia mais rápido ou pelo simples toque de ombro e a frase “Você consegue, vai dar tudo certo”. Todas essas etapas foram importantes.

Então às nomeações, sem dúvidas, o principal agradecimento vai ao meu avô, o senhor Victório Bordinhão, não só por ter me criado e me ensinado tudo sobre o mundo, mas por desde o primeiro dia de aula nas Ciências Sociais exibir orgulho e confiança naquilo em que eu estava fazendo. Essa participação foi fundamental. Agradeço também a minha mãe, que depois de entender e respeitar o meu trabalho, passou a “se exibir” com meus feitos acadêmicos, isso claro, além de todos os esforços financeiros para a permanência. Família nunca foi um termo sólido para mim, mas agradeço aqueles que estiveram torcendo por mim neste meio doméstico.

Aqui dentro da academia alguns nomes são de destaque e admiração. Aqui agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia da Silva Mazon, a qual desde a minha entrada em núcleos e laboratórios de pesquisa esteve presente incentivando e assim que fundou o seu próprio núcleo, o NUSEC, não hesitou para me chamar para participar. Minha relação dentro do núcleo foi de muitas crises acadêmicas, porém todos os membros souberam me apoiar no momento certo, e a vocês, Bruno, Léo, Jean, Lúcio, Leandro, Karen e demais colegas que participaram das nossas reuniões, meu muito obrigada. O Prof. Dr. Alberto Brunetta, que além de uma inspiração em sala de aula, tem sempre as palavras certas na hora certa, obrigada por nos tratar com tanta particularidade e demonstrar assim o seu carinho pela docência.

Não podendo deixar de mencionar de forma alguma a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Julia Guivant, a primeira pessoa a acreditar em mim e me dar responsabilidades das quais jamais soube que era capaz de cumprir, o meu grande obrigada, foi com a senhora que deu início a minha jornada na ciência. Neste início de jornada, agradeço aos membros do IRIS, núcleo coordenado pela professora Julia Guivant, onde todos os membros fizeram grande parte da minha caminhada na graduação, onde nos mantivemos muito unidos, fizemos grandes amigos e aprendemos que aprender nos trás mais do que sabedoria, mas companheirismos que duram para a vida toda. Obrigada Ricardo, Marília, Tade, Renan,

Déberson, Gerorgina, Carol Cassiano, demais irisianos e principalmente a Denise, a qual com todo seu jeito pouco delicado conquistou meu coração e hoje ocupa um grande lugar dentro dele. Obrigada por todas as assistências técnicas, comilanças teóricas e parcerias em geral, as quais não foram poucas.

Por último não podia deixar de mencionar todos os meus colegas-amigos, amigos-colegas, só amigos, só colegas, que traçaram essa jornada comigo. A nossa “patota” oficial, a qual começou lá em 2012.2, na disciplina de metodologia, onde todos em crise por ter que “criar uma pesquisa” se tornaram grandes amigos. O Romulo, sem saber por onde começar, me apoiou em várias disciplinas, leu meus artigos e projetos e deu o seu parecer, viajou para todos os congressos juntos, fizemos turismo por todas as partes e nos tornamos amigos inseparáveis. A Candinha, sempre otimista e presente desde a primeira fase, foi sempre quem me disse “você é a minha aposta”. A Lu, a Nati, a Diane (salvadora de todos os trabalhos de toda a “patota”), o Ferzinho, mesmo lá da psicologia deu a sua força e bagunçou nos momentos que não tinham solução. Também todos os agregados, namorados e amigos de amigos. Um obrigada também ao Pedro, que mesmo lá da UFRGS fazia sessões de Skype para ouvir minhas choradeiras acadêmicas e sempre aparecia em Floripa com o abraço mais acolhedor do mundo.

Sem querer ser injusta com ninguém, obrigada a todos que de alguma forma fizeram parte desta jornada, desde quando eu comecei lá na UDESC sem saber o que fazer, até a chegada na UFSC para finalizar a primeira parte desta jornada longa, que é só a graduação. Sei que vocês estarão presentes para as fases mais difíceis que ainda virão, e também contarão com o meu apoio. Apesar de pequena a conquista, para mim ela é de grande significância, e que a partir daqui, eu possa florescer com cada vez mais profissionalismo na área da sociologia. Obrigada.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é identificar entre os profissionais gestores da educação e os profissionais nutricionistas do PNAE a relação de troca de informações e ações de intervenção visando a educação alimentar e melhor adesão dos alunos ao programa governamental. A metodologia aplicada se deu por entrevistas semi-estruturadas aplicadas com os diretores de duas escolas estaduais do município de Florianópolis-SC e duas nutricionistas atuantes no CECANE, entidade que atua pelo PNAE no estado de Santa Catarina. Como resultados obtidos observamos uma falta de informação e distanciamento dos diretores escolares do tema, ausência de incentivos a educação para a alimentação saudável. Sugerimos ainda que a baixa adesão dos alunos à alimentação oferecida pela escola através do PNAE se deve a falta de investimento no conhecimento das refeições. Por um lado, os nutricionistas atuantes do CECANE relatam um trabalho de êxito com as escolas municipais e de outro reconhecem um distanciamento burocrático e funcional com as escolas estaduais, impedindo a sua atuação. Aqui apontamos para um paradoxo de uma política pública: embora a rede estadual de ensino oferte a seus alunos alimentação saudável, ela nem sempre chega a ser fonte de alimentação efetiva para eles. Uma melhor articulação dos profissionais nutricionistas com as escolas estaduais seria bem vinda.

**Palavras-chaves:** Alimentação Escolar. PNAE. Gestores Escolares. Nutricionistas.



## ABSTRACT

This research aims to identify the information exchange among school administrators and PNAE nutritionists and the interventions towards nutrition education and better student engagement to the government program. Semi-structured interviews were conducted with two State School principals and two nutritionists active in CECANE - organization linked to PNAE in the state of Santa Catarina. It was observed lack of information and some detachment from the topic by the school principals, along with the absence of incentives on healthy diet in the school system. The study suggests that the poor student engagement to the food program offered by the schools through the PNAE is linked to the lack of investment in food information. The nutritionists report a successful work with municipal schools, at the same time that recognize bureaucratic and functional distance with state schools, undermining their operation. The study also suggests a paradox in the public policy: although a healthy diet is offered by the state schools to the students, it is not clear how effective the diet is as a feeding source to the students. It would be welcome a better articulation between nutritional professionals and the state schools.

**Keywords:** School Feeding. PNAE. School Administration, Nutritionists.



## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Residência.....	35
Gráfico 2 – Atividades extra-escolares.....	36
Gráfico 3 – Mensalidade.....	36
Gráfico 4 – Com que frequência você faz uso da alimentação escolar? *Vão à reunião de pais na escola? .....	37
Gráfico 5 – Consumo doces/salgadinhos.....	40
Gráfico 6 – Consumo legumes/frutas.....	41
Gráfico 7 – Merenda.....	43
Gráfico 8 – Com que frequência você faz uso da alimentação escolar? *Série.....	69





## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Dados econômicos.....	33
Quadro 2 – Hábitos Alimentares Gerais.....	38
Quadro 3 – Hábitos com a família.....	41



## LISTA DE SIGLAS

ABESO – Associação Brasileira para Estudos de Obesidade  
ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação  
ACT – Admitidos em Contrato Temporário  
CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional  
CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar em Santa Catarina  
DAC – Doenças do Aparelho Circulatório  
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis  
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada  
EAN – Educação Alimentar e Nutricional  
Educavisa – Educação e Saúde no Contexto Escolar  
EE – Entidade Executora  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
HPV – Human Papiloma Virus (Papilomavírus humano)  
IMC – Índice de Massa Corporal  
LBD – Lei de diretrizes e Bases da Educação  
MEC – Ministério da Educação  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios  
PNAN – Política de Alimentação Escolar  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
NEI – Nova Economia Institucional  
NIPP – Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas  
NUTRANS – Núcleo de Transporte  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional  
SED – Secretaria da Educação  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
VIGITEL – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico  
WHO – World Health Organization



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1 SAÚDE ALIMENTAR E O BRASIL .....	24
1.2 OBESIDADE E O ESTADO DE SANTA CATARINA.....	25
1.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E OBESIDADE.....	27
1.4 ALIMENTAÇÃO NO MEIO ESCOLAR E O AMBIENTE LEGAL .....	27
1.5 SOBRE O PNAE.....	29
1.6 OS ESTUDOS DE NUTRIÇÃO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OFERTA SEM CONHECIMENTO.....	31
1.7 ADESÃO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FLORIANÓPOLIS-SANTA CATARINA .....	33
1.8 SOBRE O PROBLEMA DE PESQUISA .....	44
1.9 OBJETIVOS .....	45
<b>1.9.1 Objetivo Geral</b> .....	45
<b>1.9.2 Objetivos específicos</b> .....	45
1.10 METODOLOGIA .....	45
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	47
2.1 A SOCIOLOGIA E A ALIMENTAÇÃO.....	47
2.2 O AMBIENTE ESCOLAR .....	50
2.3 A PERFORMATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS .....	53
<b>3 SOBRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS</b> .....	59
3.1 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN) .....	59
3.2 AS CARTILHAS DO PNAE.....	61
<b>3.2.1 Manual para as escolas</b> .....	61
<b>3.2.2 O papel do Nutricionista</b> .....	62
<b>3.2.3 Agricultura Familiar na Escola</b> .....	63
3.3 OS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	63
3.4 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E	

NUTRICIONAL (PLANSAN) .....	64
<b>4 ANÁLISE DO DISCURSO PROFISSIONAL EDUCACIONAL</b>	<b>67</b>
4.1 O PARECER DOS GESTORES ESCOLARES E O CONFLITO COM PAIS E NUTRICIONISTAS .....	67
<b>5 ANÁLISE DO DISCURSO PROFISSIONAL DOS NUTRICIONISTAS .....</b>	<b>75</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE A – Quadros .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE B – Entrevista escola 1 .....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE C – Entrevista escola 3 .....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE D – Entrevista nutricionista PNAE.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE E – Entrevista agente PNAE.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE F – Carta de Encaminhamento .....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE G – Termo de consentimento e livre esclarecimento</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento industrial e urbano e as mudanças no estilo de vida das pessoas influenciaram diretamente na sua saúde e na probabilidade das pessoas desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Várias transformações foram provocadas pelo êxodo rural e conseqüente intensificação da urbanização. Estas mudanças foram acompanhadas principalmente pela diminuição nos índices de fecundidade e acesso de mulheres ao mercado do trabalho (BATISTA-FILHO; RISSIN, 2003).

Decorrente destas mudanças presenciadas no Brasil, a política de valorização do salário-mínimo tem grande destaque, junto com o aumento do crédito e emprego formal, acarretando na ampliação de uma matriz de políticas formais. Essas políticas se baseiam na consolidação da rede de proteção social para o reconhecimento e garantia dos direitos sociais básicos nas políticas públicas, expandindo assim, a oferta de serviços públicos, assim como o crescimento na institucionalização da política de segurança alimentar e nutricional.

Elemento de mudança neste período foram os hábitos alimentares dos brasileiros. Segundo o texto-base da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em vigor desde 1999, a dieta brasileira vem sofrendo alterações do típico “feijão com arroz”, substituído por produtos condimentados, industrializados, de menor prazo perecível e de fácil manuseio e preparo. Essa mudança, que também pode ser verificada, no contexto alimentar mundial vem sendo nomeada como transição nutricional: passagem de uma alimentação baseada em grãos e tubérculos para outra de alimentos processados ricos em gorduras saturadas, açúcar<sup>1</sup> (NUTRANS, 2014).

Ela acontece desde o final da década de 60, passa por um pico nos anos 90 e se estende até os dias de hoje. Primeiramente a crença era a de que a fome seria a causa maior de morte no planeta. O pesquisador Paul Erhlich ganhou o nobel da economia, em 1908, ao defender o investimento em inovações tecnológicas para a produção alimentar. Theodor Shull, prêmio Nobel na mesma década pela

---

<sup>1</sup> Esta transição é acompanhada pela transição demográfica e transição epidemiológica. A primeira constitui a passagem de um padrão de alta fertilidade e mortalidade para um padrão de baixo nos dois índices. A transição epidemiológica refere a passagem de um padrão de doenças infecciosas associadas a má nutrição para um padrão de doenças cardiovasculares e degenerativas típico do estilo de vida urbano industrial (NUTRANS, 2014).

invenção da Revolução Verde – defendeu a pesquisa agrícola eficiente como mola propulsora da agricultura competitiva e sustentada, o que gerou um considerável crescimento da disponibilidade de alimentos no mundo.

Logo a Revolução Verde perdeu o seu otimismo predominante quando o problema da obesidade se constitui numa ameaça com a mesma intensidade que a questão da fome. Conforme Mazon (2010), a grande oferta de alimentos, aos poucos deu lugar a uma nova pandemia global, desta vez a gordura passa a ameaçar o mundo de uma forma mais devastadora do que a fome.

## 1.1 SAÚDE ALIMENTAR E O BRASIL

O Brasil sofreu uma mudança brusca em questões materiais e culturais sobre a nutrição. O país passa de um contingente de 30% dos jovens (de 10 a 19 anos) em condições de subnutrição na década de 70 a um país com 48% desses jovens com sobrepeso e obesidade<sup>2</sup> em 2003. As taxas de mortalidade por Doenças Coronárias Não Transmissíveis (DCNT), no Brasil, representam 73,9%, ligadas geralmente às doenças do aparelho circulatório (DAC), ao diabetes, às doenças renais, às doenças respiratórias crônicas e ao câncer (BRASIL, 2011). A Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) de 2008 demonstrou que cerca de um terço dos entrevistados (quase 60 milhões de pessoas) afirmou ter pelo menos uma doença crônica e 5,9% declarou ter três ou mais doenças crônicas. O constante crescimento dos níveis dessas doenças, ligadas principalmente à obesidade, é um fenômeno visto com preocupação pelas autoridades. Em particular pelo fato de atingir crianças e adolescentes a partir de sete anos até a fase adulta (COITINHO; MONTEIRO; POPKIN, 2002). Segundo estudos uma criança obesa tem grandes chances de ser tornar um adulto obeso, assim como mostra a pesquisa de Silva, Balaban e Motta (2005). O Ministério da Saúde, com dados disponíveis da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel - realizada em 2012 chega a um total de 51% a porcentagem de pessoas diagnosticadas com obesidade. Dados elevados a

---

<sup>2</sup> Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995), obesidade é caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal no indivíduo. Para o diagnóstico em adultos, o parâmetro utilizado mais comumente é o do índice de massa corporal (IMC). Para ser considerado obeso, o IMC deve estar acima de 30.



porcentagem de 2006, onde o quadro era de 43%. Diante do rápido aumento de peso nos jovens, torna-se alarmante a condição de saúde dos mesmos, ressaltando que a obesidade e a má alimentação têm grande incidência sobre as DCNT, doenças essas nada comuns em crianças e adolescentes 40 anos atrás (BRASIL, 2012a).

Ainda segundo dados da Associação Brasileira para o Estudo de Obesidade (ABESO) (2008), 60% dos recursos destinados ao SUS (Sistema Único de Saúde) são destinados a tratamento de doenças crônicas resultantes dos novos hábitos alimentares, como hipertensão, diabetes, doenças coronárias, etc.

O aumento na prevalência da obesidade na infância é preocupante devido ao risco maior dessas crianças tornarem-se adultos obesos, apresentando variadas condições mórbidas associadas. Serdula et. al. encontraram um risco no mínimo duas vezes maior de obesidade na idade adulta para as crianças obesas em relação às não obesas. Cerca de um terço dos pré-escolares e metade dos escolares obesos tornam-se adultos obesos (SILVA; BALABAN; MOTTA, 2005).

Essa preocupação com o aumento de peso da população repercute em diversas políticas públicas e tem sido igualmente debatida no contexto escolar. Diversas publicações, notícias, reportagens são veiculadas diariamente sobre o tema. Este tema é um convite ao diálogo com as noções socioculturalmente construídas sobre alimentação, questão que nos interessa explorar nesta pesquisa.

## 1.2 OBESIDADE E O ESTADO DE SANTA CATARINA

Chama a atenção uma reportagem de capa no jornal *Diário Catarinense* realizada em setembro de 2013. O tema: “Obesidade será uma epidemia no Estado até 2050” (BELLO; CAMACHO; BELLO, 2013). A reportagem acompanha as conclusões de outros estudos sobre obesidade associando novos hábitos alimentares com a diminuição da prática de atividades físicas. A reportagem foi feita com base em uma pesquisa do departamento de nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Vemos com a divulgação de tais dados que algo constatado no cenário global se repete diariamente diante de nossos olhos. Embora a reportagem aponte apenas dados estatísticos do crescimento, por

mais que os relacione com os hábitos pessoais, não há dados que mostrem as causas de transformação desses hábitos, nem mesmo de que forma as pessoas enxergam essas mudanças em suas vidas.

As pesquisas associam cada vez mais obesidade/sobrepeso aos maus hábitos alimentares. Destaque para o grande consumo de produtos industrializados, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA, 2007). A demanda por alimentos industrializados no país tem aumentado consideravelmente, devido a abertura econômica. Constata-se que as refeições prontas, as sopas desidratadas e o macarrão instantâneo são os alimentos com maior crescimento de vendas a partir de 1994, demonstrando a dependência das escolhas nutricionais com o poder aquisitivo. Conforme resultados obtidos por Silva, Balaban e Motta (2005, p.54):

[...] o crescimento sofre maior influência do status socioeconômico do que de aspectos étnicos e geográficos. Há relatos, na América Latina, de que a obesidade na infância tende a ser mais prevalente nas áreas urbanas e em famílias com nível socioeconômico e escolaridade materna ambos mais elevados. O nível socioeconômico interfere na disponibilidade de alimentos e no acesso à informação, bem como pode estar associado a determinados padrões de atividade física, constituindo-se, portanto, em importante determinante da prevalência da obesidade.

Um trabalho interessante sobre a relação consumo e hábitos alimentares é o de Menzel e D'Aluisio (2014), comprovando essa hipótese. Este trabalho, chamado *Hungry planet: what the world eat*, apresenta imagens de famílias, em diferentes partes do mundo, posando ao lado de seu consumo familiar semanal. O projeto traz disparidades tão acentuadas como o exemplo de uma família do norte da África fotografada ao lado de grãos, hortaliças e galões d'água em oposição a uma família alemã, rodeada por muitos produtos embalados a vácuo, sucos de caixinhas, pacotes de *fastfood*, etc. As fotos exibem igualmente o gasto semanal das famílias com sua alimentação: os alemães gastam 320 euros e os africanos 37 euros. Enfatizando mais uma vez a relação entre consumo, crescimento econômico e hábitos alimentares preocupantes.

### 1.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E OBESIDADE

Quanto à razão econômica da obesidade Popkin (2009) sugere algumas reflexões. Sua obra *O mundo está gordo* mostra forte relação entre maior capital econômico e baixa qualidade dos alimentos consumidos. O autor mostra a realidade alimentar de diferentes famílias ao redor do mundo, de diferentes classes sociais e a transição alimentar experimentada por elas. Um dos exemplos é o da família Garcia: latinos emigrados nos Estados Unidos da América e empregados como operários com cargos que exigem baixa escolaridade. O autor traça a jornada do crescimento econômico que a família passou desde a emigração e como a alimentação de seus filhos em vários aspectos se aproxima com a dos filhos dos Jones, família de classe média alta americana. Os filhos de ambos permanecem tempo integral na escola e ao decidir as refeições optam na maioria das vezes por *fast-foods* disponíveis no ambiente escolar e bebidas açucaradas que quase sempre são os refrigerantes. Chama atenção a falta de variedade que ambas as famílias apresentam à mesa, comprando muitos produtos congelados, pré-prontos ou tele entregas. Em oposição, o autor traz como exemplo duas famílias indianas - Pastel e Desai - os primeiros são uma família de razoável condição financeira. A família Pastel opta muitas vezes por produtos industrializados dos alimentos locais e de sua cultura e os Desai - família de baixa renda - possuem uma alimentação baseada em grãos, cereais e ingredientes básicos. Popkin (2009) mostra em seu livro como todas essas famílias, com exceção da última, estão acima do peso e como essa condição tem relação direta com as opções de consumo. O autor se propõe a mostrar como a nossa biologia, moldada por milhões de anos de evolução, não está preparada para essa sociedade que ele chama de moderna. Esta sociedade a qual modificou profundamente a forma como comemos, bebemos e nos movimentamos.

### 1.4 ALIMENTAÇÃO NO MEIO ESCOLAR E O AMBIENTE LEGAL

A forma como o Estado interfere na alimentação dos brasileiros em âmbito escolar tem fundamentação na Lei Federal de Alimentação Escolar nº 11.947 (BRASIL, 2009a) implementada com bases nos novos costumes alimentares dos brasileiros e os problemas decorrentes do mesmo. A lei tem como objetivo promover nas escolas da rede pública

de ensino dos municípios beneficiados pela Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma alimentação saudável incluindo uma variedade de alimentos (FNDE, 2006) inclusive dando incentivo aos produtores da agricultura familiar. É dos agricultores familiares que as escolas devem adquirir, conforme estabelecido por lei, 30% dos itens de alimentação escolar (desde que respeitem a tabela de preços equilibrada aos produtos do agronegócio). Esta última exigência garante produtos frescos e do setor hortifrúti nos pratos dos estudantes.

Em busca de exemplos sobre o que seria a “alimentação saudável” mencionada na lei, não há resultados bem definidos nos *websites* do Ministério da Saúde nem mesmo no da OMS. O único quesito em destaque é a ideia de alimentação diversificada e rica em nutrientes. Depois de ser observado que não há discrepâncias significativas entre os discursos dos diferentes órgãos (o internacional e o nacional), nem ao menos uma “fórmula” que descreva o ideal de alimentação saudável. O que existe sobre o tema nos documentos disponíveis são considerações mais genéricas sobre o papel do Estado implicado no contexto da alimentação. Vejamos o exemplo de Froehlich e Schneider (2011, p. 255)

Embora exista a construção de dispositivos alternativos construídos principalmente pela relação e interação dos atores locais, o setor público tem um papel fundamental dos modelos de desenvolvimento e qualidade a serem seguidos. Numa crescente crise do atual sistema alimentar associado à questão agrícola e às questões de saúde e nutrição, o Estado tem o dever de promover bens públicos que considerem as necessidades da população, e com o poder de controlar o mercado das aquisições públicas, constitui-se como um ator com capacidade de desenhar sistemas socioeconômicos que incorporam preocupações e viabilizam determinados modelos. O Estado também se configura como a instituição mais legítima e poderosa para transpor iniciativas locais para um nível mais amplo.

Ao mesmo tempo vemos autores como Schmidhuber (2004) e Lahlou (1995), representantes da Nova Economia Institucional (NEI) os quais defendem a livre oferta de produtos diferenciados no mercado. Estes autores apontam como solução para a transição nutricional o aumento de preço dos alimentos ricos em gorduras. Outra solução seria

a de criar uma alternativa de informar o consumidor para que o mesmo consiga aprimorar as suas escolhas. Esta perspectiva defende o respeito às escolhas do consumidor, não fazendo com que o Estado possa interferir ou criar regulamentações para combater essa demanda de consumo de produtos processados. Deixando desta forma o problema com poucas margens para que as políticas públicas possam entrar em ação. Questionamos nesta pesquisa a ideia do consumidor, inclusive o de alimentos, como ator racional com preferências dadas o qual responde aos sinais do mercado. Defendemos a ideia do ato de comer, consumir alimentos como uma construção social a qual implica em relações de pertencimento, como será mostrado no capítulo teórico.

## 1.5 SOBRE O PNAE

Com o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), o Programa Nacional de Alimentação (PNAE) é referência mundial na área de alimentação escolar. Este programa atende alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental e recentemente o médio, de escolas públicas; a base do PNAE é a perspectiva do direito humano a alimentação (FNDE/MEC, 2006). Os responsáveis pela execução do PNAE são os governos municipais, estaduais e do Distrito Federal, por meio de suas prefeituras, Secretarias Estaduais e Distrital de Educação tão bem como as Escolas Federais (BRASIL, 2012b).

Com mais de 50 anos de existência o PNAE é institucionalizado dentro da política nacional de alimentação. Tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos escolares e a formação de hábitos alimentares saudáveis, contando com a sua permanência na escola. Os alimentos oferecidos pelo programa devem suprir em pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, e 30% dos matriculados no ensino básico (FNDE, 2006).

A alimentação na escola vincula-se diretamente ao estado nutricional e de saúde da criança e do adolescente. Estudos como o de Viuniski (2005) mostram a importância da escola como espaço ideal para gerar a consolidação de novos hábitos alimentares saudáveis visando à prevenção de doenças causadoras das DCNT, como a obesidade.

Considerando que o tempo que a criança passa na escola é maior, muitas vezes, do que aquele que ela passa em casa, a instituição de ensino tem uma influência cada vez mais abrangente na

alimentação de seus alunos, seja por influência de professores, colegas ou outros meios de informação. Sendo assim, ela pode desenvolver estratégias diferenciadas que despertem a atenção dos alunos para a importância da escolha alimentar. Além da influência da escola é preciso também destacar o papel fundamental dos pais nesse processo. Crianças que desde pequenas no convívio familiar observam o comportamento dos pais em relação ao consumo de frutas e verduras, sucos naturais, água e a prática de atividades físicas terão muito mais facilidade de desenvolver um estilo de vida adequado (VIUNISKI, 2005, p. 10).

A busca de uma maior aceitação e adesão dos alunos à alimentação escolar deve ser feita a partir da realização de diagnósticos sobre as suas preferências alimentares. A qualidade e, conseqüentemente, a maior aceitabilidade do cardápio escolar dependem muito de hábitos alimentares, características nutricionais, custo, horário de distribuição e estrutura das cozinhas das escolas (FNDE, 2010). A partir da descentralização do PNAE é possível afirmar, segundo Martins et. al. (2004), uma melhora na aceitação das refeições por parte dos alunos, com a introdução de alimentos *in natura*, respeito aos hábitos dos escolares, permitindo a diversificação dos cardápios. Por outro lado, no estudo de Muniz e Carvalho (2007), os resultados demonstraram que a maioria dos alunos consumiam a alimentação porque tinham necessidade/fome e não por uma questão de escolha. Mesmo com a descentralização do PNAE e a autogestão da alimentação escolar devolvida a escola, observamos que em estudos de Machado et. al. (2013), apenas os pequenos municípios fazem de fato a autogestão das refeições, totalizando 1% dos municípios do estado de Santa Catarina, deixando os grandes municípios com terceirização parcial do serviço.

Segundo Lago (no prelo) há um acúmulo grande de estudos sobre alimentação escolar enquanto um direito, porém, poucos estudos na relação que os alunos tem com o alimento. Os resultados obtidos da pesquisa mostram diferentes significados que os alunos atribuem à alimentação oferecida na escola pública como, por exemplo, necessidade e hábito. A questão da promoção da saúde em forma de alimentação saudável mostra-se frágil uma vez que é impossível sua obrigatoriedade. Por maior que possa ser a proibição de alguns alimentos em meios escolares a decisão final cabe ao aluno, em particular na fase da adolescência quando existe um grau de liberdade

nas escolhas. Outro dado levantado pelos autores é a falta de nutricionistas, pois para cada 500 alunos, há de haver um nutricionista, e 68% dos municípios se encontram com essa situação irregular.

Estas questões levantadas trazem para o primeiro plano a educação alimentar. Como se dá a adaptação à mudança no cardápio escolar? Fica igualmente uma interrogação quanto ao papel do professor e da escola enquanto transformadores da realidade. Nesta pesquisa nos interessa explorar em particular o papel dos gestores e nutricionistas enquanto performadores do ambiente alimentar na escola. Passamos agora às pesquisas sobre nutrição e o ambiente escolar.

## 1.6 OS ESTUDOS DE NUTRIÇÃO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OFERTA SEM CONHECIMENTO

Pesquisas da área da nutrição, como o trabalho de Muniz e Carvalho, discutem a percepção dos alunos com relação a alimentação escolar. Ela é vista mais como uma “merenda”, lanche ou como respondido nos questionários “quebra-galho”, do que uma alimentação completa. As autoras trazem questões como a da falta de investimento educacional no processo de alimentação escolar, mostrando que a oferta sem o esclarecimento, se torna ineficiente.

A inadequação ao hábito alimentar e o sabor foram os principais motivos referidos pelas crianças para não aderir e aceitar a alimentação, respectivamente. A adequação do cardápio aos hábitos alimentares e a essencialidade do Programa para reduzir a evasão escolar são fatores que requerem maior investigação. (MUNIZ; CARVALHO, 2007 p.2)

Ainda no mesmo estudo, as autoras apontam as preferências de alguns alunos quando podem escolher sua própria refeição. Itens mais votados: cachorro-quente, bolos, iogurtes e refrigerantes. Os alunos afirmavam ter noção da importância da alimentação escolar enquanto uma opção saudável e como uma alternativa as dificuldades financeiras de suas famílias, mas, mesmo assim, ela não se torna muito atrativa para eles.

O PNAE, segundo a visão de Domene (2008) é de fundamental importância por se tratar de uma política pública consistente no Brasil. Esta autora destaca que o programa está em ação ininterruptos 50 anos. Porém percebemos em trabalhos como os de Bordinhão (2014), que a simples oferta dos alimentos saudáveis na escola não garante o

respectivo consumo. Desta forma Domene (2008) vê como problema a falta de educação para a alimentação saudável.

Nesse aspecto reside um dos pontos que concorrem para o prejuízo da eficiência do PNAE, uma vez que se trata de uma política de alimentação sob a gestão de um órgão que tem como missão “garantir educação de qualidade a todos os brasileiros”. Parece natural entender que, em um ambiente constituído eminentemente por educadores, a nutrição assuma um caráter adjuvante, apendicular, com comprometimento da interlocução das equipes dirigidas pelo nutricionista responsável técnico – um profissional de saúde –, e os demais gestores municipais diretamente ligados à alimentação escolar; (DOMENE, 2008 p.507)

Contrastando com o trabalho de Domene, vemos preocupações como as de Muniz e Carvalho (2007), que não concordam que a escola atribua a função de se especializar para promover melhores hábitos alimentares, considerando isso um distanciamento da educação pedagógica.

Por outro lado, essa questão ganha uma conotação ainda mais relevante ao considerar que o ambiente escolar não pode ser tomado como solução para o problema da fome, sob pena de comprometer a função pedagógica. Se a alimentação escolar se sobrepuser à ação pedagógica de ensinar, estará substituindo a deficiência alimentar pela deficiência educacional, reforçando, assim, a exclusão social (MUNIZ; CARVALHO, 2007 p.12).

Tendo em vista a prerrogativa da Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), onde a escola tem como função a formação do indivíduo para a vida profissional e social, soa contraditório o ponto de vista dos autores. Além de antagônico as propostas da LDB dificulta as propostas do PNAE enquanto promoção da saúde, e saúde é de suma importância educacional para a formação tanto social quanto profissional do indivíduo. Negligenciando esses temas transversais que acabaria por agravar a exclusão social, negando informações a um determinado público.

A alimentação, muito além de ser algo somente para a sobrevivência, constitui-se como um elemento social de articulação sobre as condições



de classe e também como um elemento de diferenciação social. Com efeito, a alimentação fica longe de ser algo simplesmente afetado pela necessidade fisiológica (LAGO, no prelo, p.12).

## 1.7 ADESÃO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FLORIANÓPOLIS-SANTA CATARINA

Como trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a pesquisadora Bordinhão executou em julho de 2014 uma pesquisa sobre a adesão de alunos de diferentes escolas e níveis sócio-econômicos à alimentação servida na escola. Da pesquisa participaram 41 alunos de sétimo a nono ano do ensino fundamental. As escolas participantes foram estrategicamente selecionadas pelos seus públicos-alvo, sendo uma escola federal (Escola 1), que atende em sua maioria alunos filhos de professores e servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De outro lado a pesquisadora visitou uma escola estadual participante da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a qual atende as principais comunidades nos arredores do centro da cidade (Escola 2).

Seguindo a linha dos autores previamente mencionados, apoiados em Pierre Bourdieu (1966) na pesquisa sobre desempenho escolar e origem social, nota-se a importância de tal fenômeno no desenvolvimento da vida dos sujeitos a partir da análise do capital cultural familiar.

Os dados foram tabulados de forma ilustrativa conforme os apêndices. Percebemos primeiramente a diferença de origem social entre os estudantes de ambas as escolas segundo dados do Quadro 1, onde percebemos a discrepância de cenários entre os estudantes participantes.

Quadro 1 – Dados econômicos

Mora com:		Escola 1	Escola 1	Escola 2	Escola 2
	Sozinho	0	0%	0	0%
	Pais	6	32%	7	33%
	Pais e irmãos	13	68%	13	62%
	Amigxs	0	0%	0	0%
	Companheirxs	0	0%	0	0%
	Outros	0	0%	1	5%

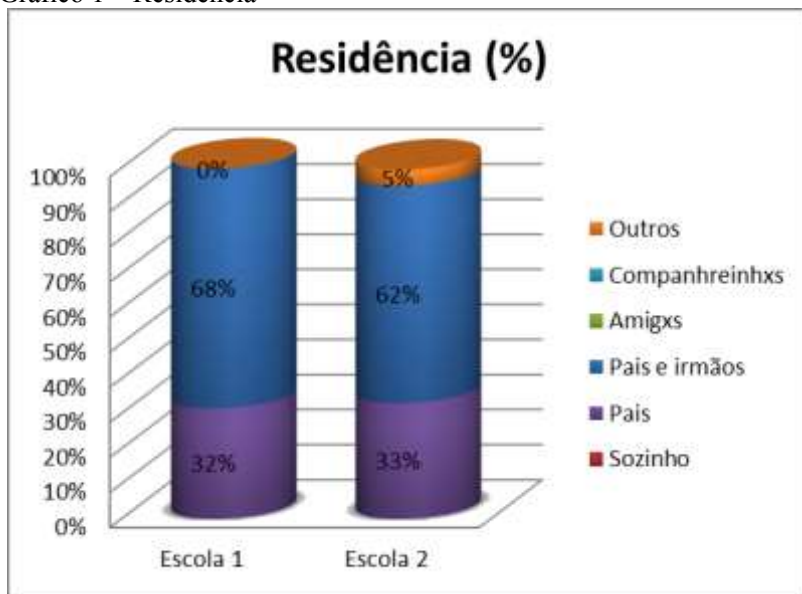
Atividade extra-escolar		Escola 1	Escola 1	Escola 2	Escola 2
	Sim	9	47%	6	29%
	Não	11	58%	13	62%
Mensalidade		Escola 1	Escola 1	Escola 2	Escola 2
	Sim	7	37%	2	10%
	Não	2	11%	6	29%
Escolaridade do pai		Escola 1	Escola 1	Escola 2	Escola 2
	Sem escolaridade	0	0%	2	10%
	Ensino Fundamental	1	5%	6	29%
	Ensino Médio	8	42%	3	14%
	Ensino Superior	12	63%	3	14%
	Não informado	1	5%	7	33%
Escolaridade da mãe		Escola 1	Escola 1	Escola 2	Escola 2
	Sem escolaridade	0	0%	2	10%
	Ensino Fundamental	0	0%	1	5%
	Ensino Médio	9	47%	9	43%
	Ensino Superior	14	74%	2	10%
	Não informado	1	5%	7	33%
Total		21 alunos	100%	19 alunos	100%

Fonte: Bordinhão (2014).

Temos na Escola 1 um total de 47% dos alunos fazendo atividades extraclasse, dentro desse número um total de 36,8% que exigem pagamento de mensalidade, contrastando com 28,5% dos alunos da Escola 2, sendo 14,2% que exige pagamento de mensalidade. Outro

dato importante a ser declarado na origem social desses sujeitos é a escolaridade dos pais, sendo a Escola 1 dividida entre ensino médio concluído e maioria de ensino superior concluído em comparação com a Escola 2, que possui dados não determinantes neste ponto, variando entre desconhecimento dos alunos a uma minoria com ensino superior completo. Para melhorar ilustrar estes dados, confira os gráficos abaixo:

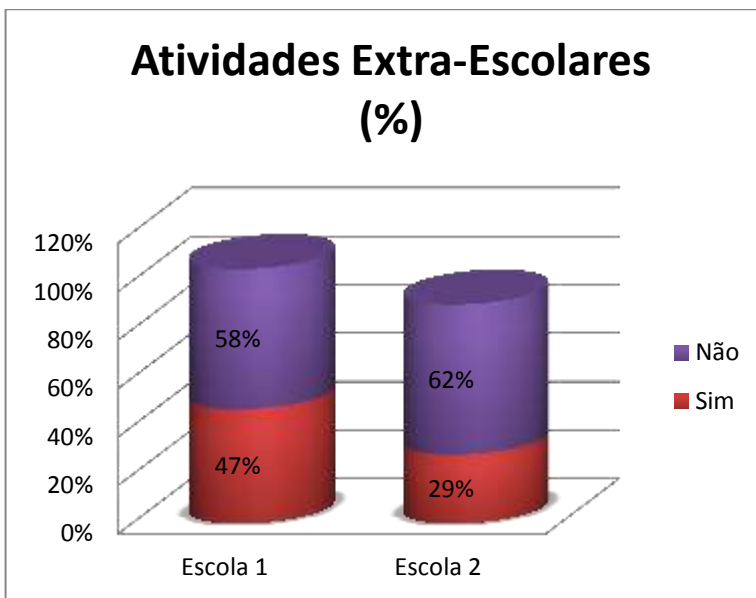
Gráfico 1 – Residência



Fonte: Bordinhão (2014).

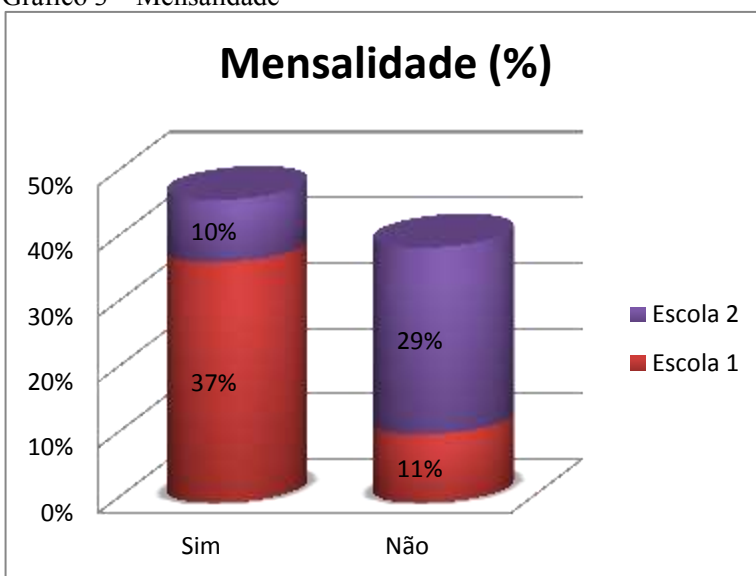
Neste gráfico não vemos diferenças significantes no quadro social dos alunos, por se tratar do público alvo da pesquisa, adolescentes de 13 a 18 anos, acreditamos ser um dado que não variasse muito de uma escola para outra. Houve um aparecimento de 5% alegando que moram com outro tipo de ente, porém não se torna um dado muito relevante.

Gráfico 2 – Atividades extra-escolares



Fonte: Bordinhão (2014).

Gráfico 3 – Mensalidade



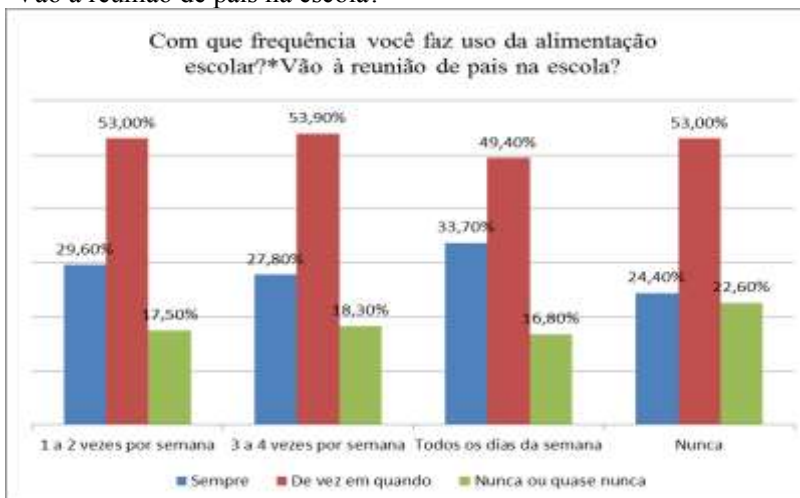
Fonte: Bordinhão (2014).

Apresentamos estes dois gráficos juntos por serem atividades

relacionadas uma com a outra. Na Escola 1 temos o dobro de alunos fazendo atividades extra-classe do que na Escola 2. Além do fato das atividades com custo, pagamento de mensalidade, temos um número 3 vezes maior na Escola 1.

Como forma de validar os resultados obtidos nesta pesquisa, apresento o gráfico de uma pesquisa mais abrangente em Florianópolis, desenvolvida pelo Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP), o qual relaciona o capital social com a adesão dos alunos a alimentação escolar, sendo este o quadro com menores índices de adesão à alimentação escolar da pesquisa. Este gráfico utiliza os dados obtidos na pesquisa NIPP/RME/SME realizada em 2009 e teve como objetivo colher informações da alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Gráfico 4 – Com que frequência você faz uso da alimentação escolar? \*Vão à reunião de pais na escola?



Fonte: NIPP/SME/PMF (2011).

Confirmada as diferenças de origem social, partimos para a análise específica desta pesquisa. Obtivemos resultados importantes com relação ao consumo alimentar de cada grupo. Pudemos observar que os alunos da Escola 1 tem um acesso maior a determinados itens, conforme Quadro 2, como frequência de pedidos de refeições em tele entregas e comidas congeladas. Conforme dados da ABIA (2007) a demanda por alimentos industrializados no país tem aumentado

consideravelmente, devido a abertura econômica. Consta-se que as refeições prontas, as sopas desidratadas e o macarrão instantâneo são os alimentos com maior crescimento de vendas a partir de 1994, demonstrando a dependência das escolhas nutricionais em relação ao poder aquisitivo. Ainda que o consumo de bebidas açucaradas (refrigerantes) tenha sido maior na Escola 2, é necessário considerar o discurso dos alunos. Em algumas situações presenciamos diálogos do tipo: “Vou marcar que bebo refrigerante todos os dias, por que se tem eu bebo, mas não é sempre que temos dinheiro para comprar.” Indicando a questão econômica como variável dependente.

Quadro 2 - Hábitos Alimentares Gerais<sup>3</sup>

		Escola 1		Escola 2	
Bebe Refrigerante					
	Nunca	5	26,30 %	2	9,50 %
	1 ou 2x semana	7	36,80 %	12	57,10 %
	3 a 5x semana	6	31,50 %	4	19%
	Sempre	1	5,20 %	2	9,50 %
Troca Refeições por lanches					
	Nunca	1	5,20 %	6	28,50 %
	1 ou 2x semana	11	57,80 %	9	42,80 %
	3 a 5x semana	5	26,30 %	1	4,70 %
	Sempre	2	10,50 %	0	0,00 %
Consumo Doces / Salgadinhos					
	Nunca	0	0,00 %	1	4,70 %
	1 ou 2x	7	36,80	11	52,30

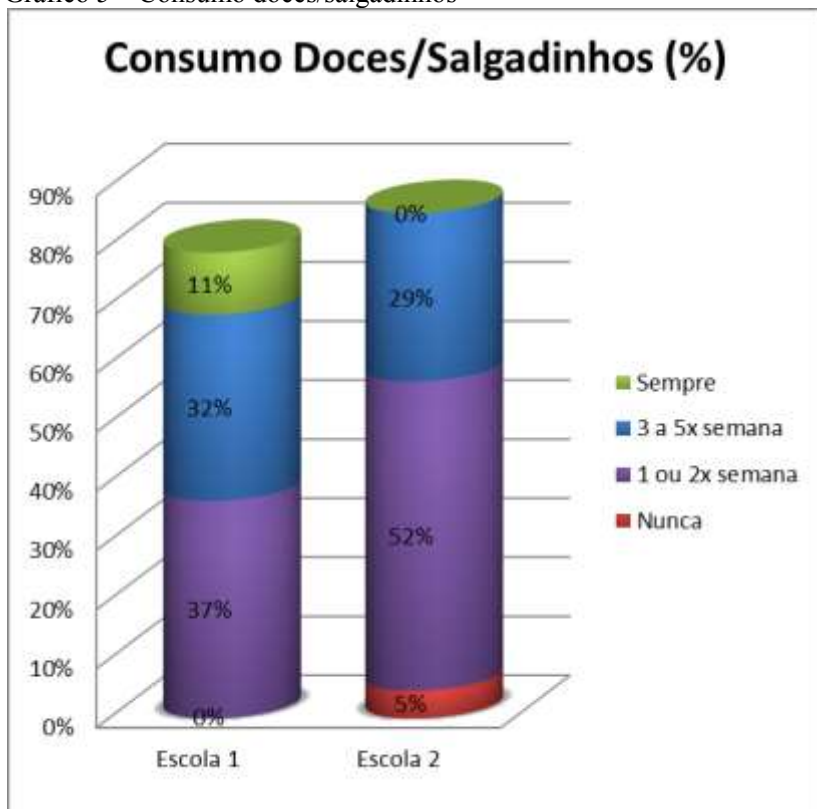
<sup>3</sup> As diferenças encontradas no número de resposta são devido a alguns alunos não terem respondido a algumas questões.

	semana		%		%
	3 a 5x semana	6	31,50 %	6	28,50 %
	Sempre	2	10,50 %	0	0,00 %
Consumo Legumes / frutas					
	Nunca	0	0,00 %	1	4,70 %
	1 ou 2x semana	7	36,80 %	11	52,30 %
	3 a 5x semana	6	31,50 %	6	28,50 %
	Sempre	6	31,50 %	0	0,00 %
Critérios para o consumo					
	Praticidade	3	15,70 %	1	4,70 %
	Preço	7	36,80 %	8	38,00 %
	Sabor	15	78,90 %	16	76,10 %
	Ingredientes	6	31,50 %	4	19%
	Saúde	7	36,80 %	9	42,80 %
	Caloria	3	15,70 %	3	14,20 %
	Outros	0	0,00 %	0	0,00 %
Total		19 alunos	100,0 0%	20 alunos	100,0 0%

Fonte: Bordinhão (2014).

Percebemos uma diferença em questões de consumo de alimentos entre as escolas, sendo os escolares da Escola 1 possuidores de mais acesso à esses produtos mencionados pela ABIA. Logo na Escola 2 vemos uma maior adesão a refeições que utilizam ingredientes básicos, mais preparadas em casa. Confira gráficos abaixo.

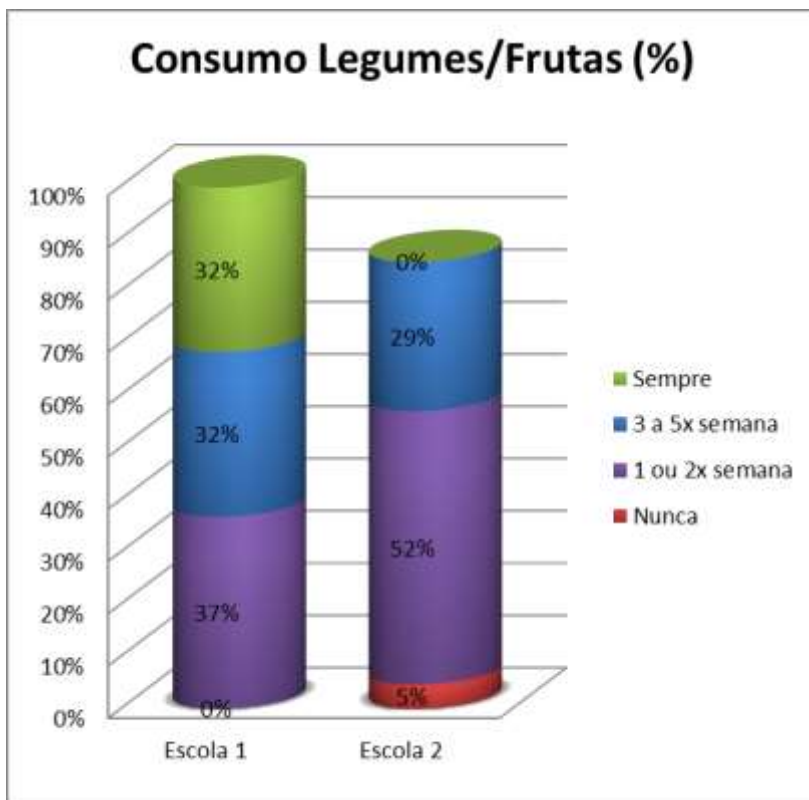
Gráfico 5 – Consumo doces/salgadinhos



Fonte: Bordinhão (2014).

Gráfico 6 – Consumo legumes/frutas





Fonte: Bordinhão (2014).

A pesquisa mostra que na Escola 1 é maior o número de alunos que fazem refeições sozinhos e/ou vendo televisão ou usando o computador, comparado a uma maioria que faz refeições em horários determinados reunidos com os familiares, na Escola 2, segundo Quadro 3.

Quadro 3 – Hábitos com a família

Principais Re-feições		Escola 1		Escola 2	
	Reunido com a família	18	94,70 %	16	76,10 %
	Tv ou PC	5	26,30 %	9	42,80 %
	Sozinho	5	26,30 %	1	4,70 %

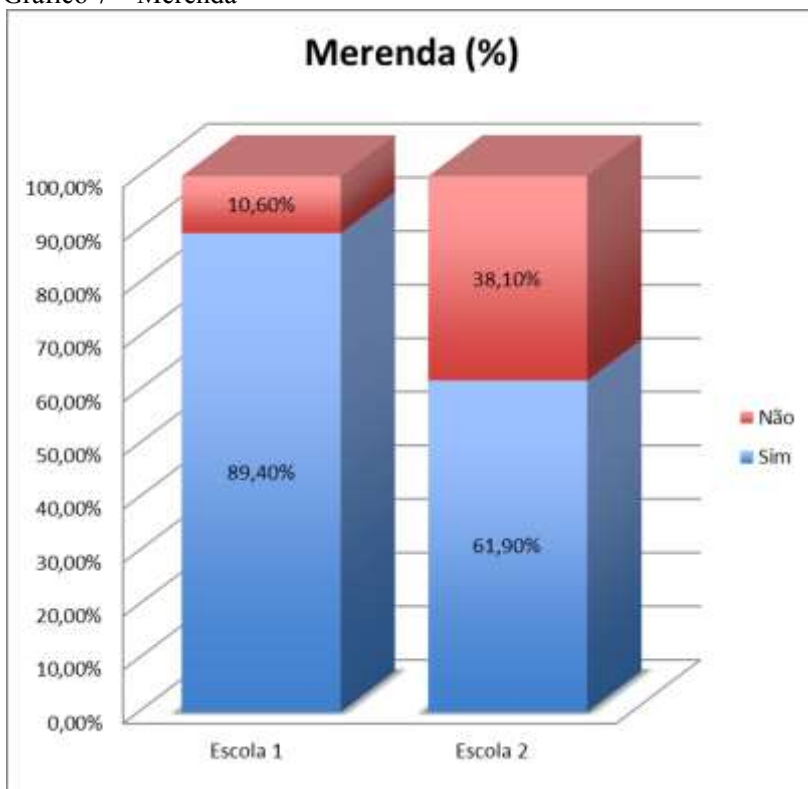
			%		
	Restaurantes / Bares	5	26,30 %	2	9,50%
Preparo das Refeições					
	Alguém cozinha	17	89,40 %	20	95,20 %
	Comida Congelada	5	26,30 %	1	4,70%
	Tele Entrega	4	21,00 %	4	0,00%
Quantidade que come					
	Excessivamente	1	5,20%	0	0,00%
	Muito	2	10,50 %	6	28,50 %
	Normal	14	73,60 %	15	71,40 %
	Pouco	2	10,50 %	0	0,00%
	Muito Pouco	0	0,00%	0	0,00%
Total		19 alunos	100,0 0%	21 alunos	100,0 0%

Fonte: Bordinhão (2014).

Quanto à alimentação na escola, tivemos uma maior adoção da merenda Escolar na Escola 1, sendo 89,4% contra 61,9% da Escola 2. Ambos os grupos afirmaram não se sentirem satisfeitos pelas refeições servidas pelas escolas e na Escola 1 encontramos as maiores críticas quando perguntados sobre o que mudariam na merenda e/ou o que os faria comer mais vezes o que a escola oferece, com respostas do tipo “Deveriam servir alimentos mais frescos”, “Os alimentos parecem velhos e murchos”, assim como críticas a variedade e oferta “Mais variedade e não só uma coisa em cada dia, se você não gosta ou não pode de algo do dia, fica com fome”. A preocupação da qualidade e serviços da merenda escolar na Escola 1, diz respeito também ao horário em que a merenda é servida “Deveria ter mais tempo para ser mais tranquilo”. Os alunos da Escola 2 optaram por não responder as perguntas abertas no que dizia respeito a merenda escolar. Verifique a

adesão no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Merenda



Fonte: Bordinhão (2014).

Percebemos que segundo os dados obtidos aqui na introdução, a transição nutricional apontada por algumas pesquisas sugere a relação entre obesidade e maus hábitos alimentares de acordo com a condição econômica igualmente ao capital cultural. Conforme resultados obtidos por Silva, Balaban e Motta (2005) já mencionados nesta pesquisa.

Percebe-se nas duas escolas a fácil adoção desses alimentos industrializados e em algumas situações específicas pudemos notar que o fator econômico é o que mais influência no consumo ou falta de consumo desses itens. Pudemos notar que os alunos da Escola 1 possuem um maior índice de adoção de comidas prontas, situação em que pai e mãe possuem ocupação e maior nível de escolaridade. Isto

contrasta com a manutenção de uma tradição da comida feita em casa com produtos básicos, como frutas, legumes e cereais, assim como aponta Popkin (2009) em seu estudo.

Passando para a consideração de origem social na escola, retirada de Bourdieu (1966), onde o autor afirma que o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura, abordamos a falta de engajamento dos estudantes nos temas que lhes dizem respeito. Enquanto na Escola 2 os alunos estão em situação financeira desfavorável em relação ao grupo da Escola 1, percebemos igualmente uma negligência na questão da alimentação. Os alunos não fazem adoção da merenda escolar alegando baixa qualidade ou desinteresse, porém os mesmos não trouxeram críticas à qualidade dos alimentos oferecidos pela escola, tão pouco apresentaram alternativas. Diferentemente dos alunos da Escola 1, com maior consumo da merenda e fortes críticas à sua qualidade, trazendo à tona assuntos como a adoção de alimentos mais saudáveis.

Fazendo uma síntese este levantamento mostrou como apesar da alimentação saudável ser oferecida ela não é valorizada pela maioria dos estudantes os quais, possuem capitais culturais diferenciados. Do mesmo modo, comparando as duas escolas, o grau de informações do que é servido na escola e o motivo destas escolhas é diferente. A alimentação se apresenta como um desafio cultural influenciado principalmente capital cultural da família. Isto faz com que estes alunos optem por aquilo que simbolicamente se lhes apresenta como o mais correto, seja o mais saudável ou o mais gostoso (Popkin 2009). Apontamos uma falta de instrução dos alunos em relação à alimentação saudável, falta de apelo para a saúde, o que acaba por distanciar esses alunos da oferta alimentar da escola.

## 1.8 SOBRE O PROBLEMA DE PESQUISA

Diante deste cenário, este trabalho tem por objetivo estudar a atuação do profissional nutricionista e dos gestores escolares frente ao PNAE, analisando o caráter de performatividade assumido pela atuação destes profissionais em escolas do Estado de Santa Catarina.

Perguntas:

- De que forma o tema da promoção da saúde é abordado nas escolas públicas?
- De que maneira a escola articula a proposta alimentar do

PNAE?

- Quem são os atores que participam desta articulação?
- De que forma os alimentos oferecidos são apresentados como opção de alimento saudável?

## 1.9 OBJETIVOS

### 1.9.1 Objetivo Geral

Identificar de que forma os especialistas participam na legitimação da ideia de uma alimentação saudável para entender o que leva um número grande de alunos a não aderirem à alimentação proporcionada pelo programa.

### 1.9.2 Objetivos específicos

- Identificar como os gestores escolares articulam a proposta do PNAE na rotina da escola;
- Encontrar se há uma proposta de saúde alimentar como proposta de ensino;
- Mapear a forma como se organiza a oferta dos alimentos e mapear as dificuldades encontradas pelos profissionais dentro de seu campo de trabalho;

## 1.10 METODOLOGIA

Entender o discurso desses profissionais e o efeito da performatividade é uma tarefa que requer método, neste ponto, concordo com Bourdieu (1989, p.26), para o qual “a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso”. Para a elaboração da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas voltadas para a área de trabalho específica de cada profissional, da educação e da nutrição. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os participantes das entrevistas: duas diretoras de Escolas Estaduais do Centro de Florianópolis e um assessor de uma das diretoras que participou da entrevista. Neste primeiro momento fizemos o levantamento do que é feito na prática do programa. No segundo momento foram aplicadas entrevistas também semi-estruturadas com profissionais da nutrição,

uma agente do PNAE que atua no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar em Santa Catarina (CECANE) e uma nutricionista que é colaboradora no mesmo programa. Igualmente foi feito um levantamento sobre os documentos oficiais referentes à alimentação escolar e nutrição, assim como o próprio programa do PNAE e os cadernos de Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução/CD/FNDE nº38, de 16 de julho de 2009. As cartilhas do PNAE foram analisadas de forma a entender as informações que são passadas para os escolares/gestores, assim como as propostas da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente.

Os dados retirados desta pesquisa serão apresentados na sua maioria de forma descritiva, visando justificar as diferenças existentes do entendimento de cada participante aqui envolvido com a proposta de alimentação implantada num contexto que talvez não venha a ser de conhecimento do público-alvo. Em alguns casos a articulação dos dados será feita analisando o discurso de cada um. O intuito é ponderar a comunicação entre setores comparando as falas com o texto de documentos oficiais, com ênfase aos significados e conflitos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Almejando um melhor entendimento da junção do estudo da sociologia com hábitos alimentares, esta parte tem a intenção de justificar a importância e os desafios neste contexto.

### 2.1 A SOCIOLOGIA E A ALIMENTAÇÃO

Logo no início do livro de Beardsworth e Keil (1997) estes autores sugerem que num primeiro olhar a alimentação aparenta ser um difícil alvo de interesse específico já ela está imersa nas complexidades da sociedade. Poulain (2004) traduz de melhor forma essas particularidades. Afirma o autor que o espaço adquirido pelos diversos campos da sociologia gerariam diversas discussões, porém mesmo sem deixar de lado o conhecimento específico de interesse, o mesmo resultaria num sentimento de fracionamento e de atomização.

Esta dupla linha de fragmentação (em campos e em paradigmas explicativos) provoca uma certa “babelização” da sociologia que deixa as vezes o não-sociólogo em dúvida diante de uma disciplina tão polimórfica. A aquisição de uma cultura de campo, frequentemente, no interior deste, a de um objeto preciso e de uma posição metodológica, é um investimento muito longo que torna difícil a comunicação entre os pesquisadores (POULAIN, 2004 p. 151).

Segundo este autor a relevância da sociologia da alimentação está no entendimento da complexidade da relação entre comida e sociedade, e essa deve ser tomada como um tema de importância na sociologia contemporânea. Segundo Poulain (2004) a sociologia da alimentação procura enfatizar o interesse de uma junção das abordagens histórica e comparativa; fontes as quais desvendam a raiz das mutações das práticas alimentares:

Entretanto, uma grande parte da energia humana, o esforço do engenho e cooperatividade são produto do processo que envolve produção, distribuição e preparação da comida – processo que é absolutamente essencial a longo prazo para a sobrevivência de qualquer sociedade. Ainda mais, a cadeia alimentar humana, com sua miríade interligada e interagindo com elementos humanos e não-humanos, podem justificadamente ser

concebidos como o coração do sub-sistema do sistema social como uma lacuna, a importante fundação da organização social humana (BEARDSWORTH; KEIL, 1997, p.2, tradução minha).<sup>4</sup>

Todavia, na contemporaneidade da sociologia, o tema da alimentação tem se tornado *mainstream* e envolve principalmente dois tipos de análises, o consumo e a produção. Essas análises têm sido bastante eficazes para ilustrar os caminhos e dimensões da diferenciação social, em sua extensão, como gênero, idade, classe, etc, que se manifestam nas experiências do dia-a-dia.. Por outro lado, a análise do processo de produção alimentar serve para melhor explicar os trabalhos de capital-intensivo, altamente racionalizados no sistema econômico. Ainda há a possibilidade de estudar a sociologia da alimentação como questões mais microsociológicas, por exemplo, como acontece o consumo, a distribuição, de que fonte os indivíduos fazem as compras e as escolhem como preparam e como comem e ainda, como os sociólogos podem perceber o significado do que tem sido feito por essas pessoas.

Considera-se ainda as intersecções que o estudo da alimentação traz para as ciências humanas, como por exemplo, levantamento de questões fisiológicos, psicológicos, ecológicos, econômicos, políticos e processos culturais. Desta forma, a visão sociológica sobre a alimentação deve ter o cuidado de pensar com mais flexibilidade no que diz respeito às limitações da disciplina. Nas origens da Sociologia da alimentação, é preciso considerar o contexto histórico da alimentação humana. Sugerimos aqui as reflexões de Douglas e Isherwood (1974), o consumo é algo presente em todos os cantos do nosso dia-a-dia. Muito mais do que meras atividades econômicas, a autora nos mostra de que forma o mesmo se encontra no centro das nossas relações sociais. Importante salientar a ideia do consumo intrincada a cultura, mostrando que um bem a ser consumido não tem fim nele próprio, mas que há uma rede de interesses físicos e simbólicos que os cercam expressando relações de pertencimento. Os mesmos são dotados de significados culturais e valores sociais que aplicam categorias aos indivíduos em

---

<sup>4</sup> “Moreover, enormous amounts of human energy, ingenuity and co-operative effort are devoted to the processes involved in the production distribution and preparation of food - processes which are absolutely essential to the long-term survival and continuity of any society. What is more, the human food chain, with the myriad interlinked e interacting human and non-human elements, might justifiably be conceived of as the core sub-system of the social system as a whole, the very foundation of human social organization” (BEARDSWORTH; KEIL, 1997, p. 2).



suas diversas formas de expressão através dos bens. Junto com essa ideia de Douglas e Isherwood (1974), Bourdieu (1994) aponta como o diferenciador do consumo alimentar de natural para cultural, o gosto. Segundo o autor, as questões de ordem física não podem ser separadas das de ordem simbólica. Acaba por se tornar uma expressão simbólica da posição de classe, por percebê-las em suas relações. Em outras palavras, comer é uma necessidade, por isso se torna algo natural. O que faz a distinção é o gosto, ele é classificatório. A sociedade para Beardsworth e Keil (1997) passou por diversas fases até que chegamos nesse ponto, como por exemplo, a necessidade da comida, a caça da comida, o desenvolvimento da agricultura, a entrada do Estado que controla sua produção e consumo. Voltando a Douglas e Isherwood (1974) a alimentação deixou de ser uma necessidade, algo natural na humanidade e passou a ser objeto de consumo, e dos grandes, onde todos nós somos alienados em algum aspecto da alimentação com a relação do consumo. Nesta situação, segundo Fischler (1988) o consumo de alimentos é um ponto central para a identidade individual de uma forma geral, é uma forma de distinção, segundo Bourdieu (2007) se trata da formação de grupos; é ao mesmo tempo a distinção dos demais e a similaridade com um grupo em particular.

Tentando fechar os nós que Beardsworth e Keil deixaram frouxos, Poulain separa o estudo da sociologia da alimentação em duas etapas, uma que aborda os consumos alimentares e as diversidades de gostos, e outra que caracteriza a alimentação como um fato social total. Neste caso concordando com os dois autores, afirma que há de se adotar uma posição sociológica que englobe as interfaces do biológico e do sociológico. Descreve-se os dois a seguir.

A perspectiva culturalista avalia a sociologia da alimentação como uma área com interesse pela extrema variabilidade das formas e das técnicas alimentares. Poulain faz um apanhado de estudos antropológicos que citam a alimentação como uma forma de diferenciação cultural, algumas falando que a hora das refeições difere muito entre os povos civilizados e, por conseguinte determinam tipos de comportamento, e outras que definem a alimentação como uma forma de resposta as opressões sociais e culturais. Essa perspectiva levanta a influência do cultural e sua arbitrariedade, porém, não abrange a real interação entre pressões biológicas e culturais.

Não comemos com os nossos dentes e não digerimos com o nosso estômago; comemos com o nosso espírito, degustamos segundo as normas culturais ligadas ao sistema de trocas recíprocas

que está na base de toda a vida social. É por isso que cada povo se define por suas práticas alimentares e suas maneiras à mesa tão claramente, tão certamente, quanto por sua língua, suas crenças ou suas práticas sexuais (POULAIN, 2004 *apud* MOULIN, 1975, p. 161).

Na perspectiva estruturalista, Poulain ilustra a alimentação segundo o nome mais famoso da área, Claude Lèvi-Straus (1982) e sua obra *As estruturas elementares do parentesco*. Na descrição de Lévi-Strauss nas relações de reciprocidade a alimentação, há dois fatos distintos, um submisso ao corpo, referente a refeição e um segundo referente a celebração, que é o consumo do vinho. Nesta perspectiva, quando se recebe alguém em sua casa, traduzindo para o nosso contexto e alguém é convidado para uma refeição este é um ato amistoso com o outro. No entanto, convidar para um jantar, por exemplo e servir vinho sugere um novo significado ao evento, tornando-o especial, um nível superior ao primeiro caso. De forma simples o autor ilustra com um texto clássico a importância da alimentação no estudo das ciências humanas. O alimentar aqui irá se consolidar como “estatuto sociológico”, pela exotização do seu material, ao diferenciar a “comida” dos povos (cozinha francesa, cozinha mexicana, etc.) sem se quer entrar em contato com a tarefa. Para Douglas (1971) cada refeição é um ato estruturado, concordando com Lévi-Strauss, que estrutura os outros à sua própria imagem. “[...] Existe uma correspondência entre uma estrutura social dada e a estrutura dos símbolos pelos quais ela se manifesta” (POULAIN, 2004, p. 164 *apud* DOUGLAS, 1971, p. 61)

## 2.2 O AMBIENTE ESCOLAR

Para melhor entender a escolha do ambiente de recorte desta pesquisa, recorreremos principalmente a Bourdieu (2004), ao fazer sua crítica ao sistema escolar e a distribuição (ou falta de distribuição) das classes.

Nas palavras do autor, nada é mais eficaz na conservação social do que a escola. A mesma sutilmente mantém a aparência de legitimidade as desigualdades sociais e evidencia a herança cultural a qual carrega consigo uma falsa ideia de dom social, o qual é tratado com naturalidade. Ao falar de dom, Bourdieu fala das desigualdades reproduzidas frequentemente no ambiente escolar. Ao falar do conceito de capital cultural (BOURDIEU, 2004), o autor faz uma junção do que seria, em palavras simples, uma condição de privilégio ou completo

desespero. O conceito se dá a partir da junção do capital econômico com o capital dos bens simbólicos, determinantes na mobilidade social das classes. Hora, o sistema escolar se torna exclutor nessa perspectiva, uma vez que um capital não acende sem o outro, logo, as classes mais baixas tem pouquíssimas chances de concorrer a vagas de empregos, em boas universidades e afins. Um filho de médico bem sucedido trás consigo uma carga familiar que faz com que o mesmo se diferencie desde cedo. O acesso aos bens simbólicos dessa família, seu capital cultural e seu *ethos*, é muito mais banal e recorrente, o incentivo aos estudos é completamente diferente do que o incentivo que pais operários sem formação superior podem fornecer aos seus filhos. Essa trilha traçada no trajeto escolar é decisiva na vida de cada indivíduo. Uma escola em condições físicas precárias, sem tanto investimento do governo, com professores em sua maioria admitidos em contrato temporários (ACT), os quais mal podem dar continuidade aos contextos de aula iniciados. Como estes professores podem ter as mesmas chances do que aqueles que lidam com alunos de escolas particulares ou públicas de estrutura estável? A questão que perpassa esta pesquisa: como podemos partir para a temática de saúde alimentar quando tratamos de ambientes em que os recursos básicos são escassos?

Como lembra Bourdieu (2004, p. 42), “a parcela de ‘bons alunos’ numa escola de quinta série cresce em função da sua renda familiar”. Mais do que renda, o mesmo se aplica a escolaridade, e ainda além dos diplomas, o nível de cultura global de cada grupo familiar, mantém-se assim a relação mais estreita da criança com o seu êxito escolar. Torna-se difícil medir as atitudes de diferentes classes sociais, principalmente em relação à escola. É algo tão frágil o futuro escolar das classes mais baixas que, segundo o autor, “é a expressão do sistema de valores implícitos ou explícito que eles devem a sua posição” (BOURDIEU, 2004, p. 46). Ainda neste contexto, o autor fala da “vontade”, porém não existe nada mais metafórico e caricato do que este termo para definir desempenho escolar. A vontade não é algo implantado em cada um ou um esforço não-meritocrático, mas cada família, cada realidade escolar transparece para seus alunos as oportunidades que eles podem ter, e este limite é extremamente difícil de ser medido, mas ambos os ambientes definem o futuro escolar dos alunos.

Entrando no cenário de Moreira e Silva (1999), devemos lembrar que além das limitações impostas pelo ambiente escolar, temos um currículo a ser seguido a risca, pouco maleável. Há tempos o mesmo já deixou de ser um documento técnico e formulado de forma “quadrada”, mas ele é objeto de discussão e crítica, as quais são direci-

onadas pelas questões sociológicas e políticas junto com as epistemológicas. Assim como o sistema escolar, o currículo está imbricado numa relação de poder, transmite visões particulares de determinados interesses e interessados, produz e reproduz identidades individuais e sociais particulares. Segundo os autores o currículo serve para “entender e organizar o processo educativo escolar”, quando na verdade os especialistas tem a “preocupação de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo” (MOREIRA; SILVA, 1999. p. 9).

O currículo nos seus primórdios foi desenvolvido com a função de controle e eficiência social, de forma que fosse útil para os interesses das práticas emergentes. Os autores apontam dois tipos de elaboração do currículo, um que deixasse em voga os interesses do aluno e outro que aprimorasse a personalidade adulta, que eram os considerados desejáveis. A primeira foi parte do desenvolvimento do escolanovismo brasileiro e a outra consagrou o início do tecnicismo. Ambas procuraram adaptar o currículo à ordem capitalista que emergia na época. Por volta dos anos 50, nos Estados Unidos, foi consentido que o currículo em vigência não era eficiente, e que foi a derrota da qualidade da escola. Nesse caso houve ajuda federal para a redefinição dos currículos e dado ênfase aos estudos de Ciências, Matemática e Ciências Sociais. A intenção deste novo currículo era gerar reflexão e crítica a partir dos conteúdos das diferentes disciplinas curriculares. A ideia de uma sociedade mais democrática e justa gerou uma grande crise, desenvolvendo guerras e críticas a melhor distribuição de renda do país. Esse currículo inovador foi considerado uma decadência social. O mesmo precisou ser abolido e substituído por outro, afinal a crítica social nunca foi um bom negócio para o Estado. Logo nos anos 60 o currículo foi dominado por uma onda de conservadorismo, a fim de neutralizar as ideias revolucionárias e mais uma vez voltar os estudos para a eficiência e a produtividade.

Na década de 70, ainda nos Estados Unidos, especialistas procuraram eliminar os aspectos que contribuíssem para inibir a liberdade dos indivíduos, entre esses reconceitualistas, houve uma grande emergência dos neomarxistas, onde finalmente se definiu o termo “Sociologia do Currículo”, a qual articulava o mesmo com a estrutura social, cultura, poder, ideologia e controle social. O novo currículo trabalhava para a classe dos oprimidos. Em Londres foi consagrada a “Sociologia da Educação” que servia para o conhecimento escolar e do currículo. A razão dele era extinguir do currículo sociológico os aspectos matriarcais e sexistas. A Nova Sociologia Econômica se consolidou como a primeira ciência do estudo do currículo. A mesma trazia uma nova

visão de mundo mais adaptada aos que estavam a dominar e outra que dava enfoque às posições sociais subordinadas.

Nesta nova proposta, currículo e ideologia não podiam ser vistos de forma separada na crítica educacional, que fazia uma dobradinha já conhecida na educação tradicional: crítica, cultura e currículo.

Em contraste com o pensamento convencional sobre a relação entre currículo e cultura, a tradição crítica vê o currículo como terreno de produção e criação simbólica, cultural. A educação e o currículo não atuam apenas como correias transmissoras de uma cultura produzida em um outro local, por outros agentes, mas são partes integrantes e ativas de um processo de criação de sentidos, de significações e sujeitos. O currículo pode ser movimentado por intenções oficiais de transmissão de uma cultura oficial, mas o resultado nunca será o intencionado, porque, precisamente, essa transmissão se dá em um contexto cultural de significação ativa dos materiais recebidos. A cultura e o cultural, nesse sentido, não estão tanto naquilo que se transmite quanto naquilo que se faz com o que se transmite (MOREIRA; SILVA, 1999, p. 26).

Dessa forma, vemos pelo currículo que a cultura é inseparável da ideia de grupos e classes sociais. A cultura é o palco aonde acontece a luta pela manutenção ou superação das posições sociais, desta forma, o currículo precisa ilustrar esse conflito. Não se pode mais usar aquela definição tradicional que acima no texto apresentamos do mesmo, como “local de transmissão de uma cultura incontestada e unitária”, mas um lugar onde floresçam as particularidades da cultura, o seu conteúdo, e a percepção de classe ou grupo dominante.

## 2.3 A PERFORMATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS

Este item busca mapear algumas das relações que se encontram em polos diferentes no campo de pesquisa em questão. Como já mencionado antes, esta análise não busca resultados definitivos, mas reflexões acerca do discurso dos profissionais entrevistados, assim como a sua comparação com o que diz os documentos oficiais. Segundo palavras de Bourdieu (1989), esta realidade de articulação entre as duas áreas, já que se torna uma das primeiras análises, se torna uma realidade pouco fundamentada, então segundo o autor, ela é uma representação,

essa representação depende concomitantemente de seu conhecimento e reconhecimento. Afirma também Bourdieu que fica como responsabilidade da sociologia a descoberta das regras gerais – se é que elas existem – que se baseiam no comportamento das atividades humanas e suas trocas e produções. Concordando com a ideia do autor, vemos sim a sociologia como uma área de pesquisa em grandes abrangências, é difícil para um sociólogo (mesmo que ainda não o seja de fato) pensar em determinados termos em determinados aspectos, como cita o autor as pesquisas de geografia. Como pode o sociólogo pensar nas relações de órgãos públicos sem levar em conta o comportamento das pessoas que ali se encontram, o tipo de relação hierárquica existente, o poder do Estado sobre a instituição e o poder da instituição sobre a população e, parando por aqui, recorreremos a Weber (1864), para primeiramente sermos sinceros com nossos valores e escolhas do tema e apresentar suas limitações.

Uma ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que se “deve”, mas sim apenas o que “pode” e, em certas circunstâncias, o que “quer” fazer. [...] Em qualquer caso, a tentativa de aplicar os juízos de valor ao mundo exterior só tem sentido desde que exista uma crença nos valores. [...] Pois mesmo o conhecimento das teses mais seguras do nosso saber teórico – como o das ciências exatas, matemáticas ou físicas – é, tal como o aperfeiçoamento da nossa consciência, produto da cultura (WEBER, 1864, p. 7-8).

Segundo Bourdieu (1989), os defensores da identidade assimilada, tem que tacitamente e explicitamente acreditar que nesses princípios de identificação, a identidade é o seu próprio produto. Deste modo, as ciências sociais tem por finalidade a classificação para o conhecimento. Há de se classificar para conhecer, por os problemas em estratos de classificações sociais, e desses estratos, conhecer todos os aspectos de seu objeto, objeto este que é produto de sua classificação, e para entrar na pesquisa de fato, o conhecimento da verdade depende dos próprios atos de classificação do pesquisador, em forma de *looping*. Boltanski (2001) fala da necessidade dos seres humanos de justificar suas ações segundo um modelo moral. As pessoas recorrem a um modelo de ação e agem de uma forma necessária, por que já interiorizam modelos de comportamento, comportamentos esses que se prendem nas estruturas e as reproduzem.

Chamamos então de realidade objetiva, segundo a crítica objetivista as quais usam para fazer com que apareçam essas “ilusões” e

incoerências, num estado de luta de classificações simbólicas. Tendo interesse em um ou outro modo de classificação, a fim de legitimar a sua autoridade científica, para assim fundamentar a realidade dentro dessa divisão arbitrária que o profissional quer impor. Desta forma vemos que não apenas o sociólogo precisa da premissa weberiana de justificar os seus valores, mas cada profissional vai escolher o seu campo e a sua realidade para representar o seu modo de classificação. Esse por sua vez, o autor chama de discurso performativo, o qual tem por objetivo impor uma nova definição das fronteiras e fazer com que o outro conheça e reconheça o seu campo.

O poder quase mágico das palavras resulta do efeito que tem a objetivação e a oficialização de facto que nomeação pública realiza à vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo, e a oficialização tem a sua completa realização na manifestação, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira a institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto (BOURDIEU, 1989, p. 117-118).

Aquilo tido como resultado instituído pelo pesquisador, naquele determinado momento e contexto histórico, são as representações dos enunciados performativos, os quais pretendem que aconteça aquilo que lhes foi enunciado, um meio de explicar a realidade de cada profissional – no caso desta pesquisa – é a restituição objetiva das estruturas objetivas e a relação com as demais estruturas, assim como sua intenção de modifica-las.

Toda a representação de uma posição que tenha por intuito a objetividade seja ela na sua existência *actual* seja potencial, real ou previsível, de um determinado contexto territorial – podendo ser áreas profissionais, cargos diferenciados, etnias, classes sociais, etc. A pretensão da instituição que se consolida nas representações, formando um certificado de realismo ou um veredicto de utopismo contribuirá para estabelecer as probabilidades objetivas da existência dessa entidade social. O discurso científico exerce um poder simbólico ao consagrar

uma forma de divisão – do pesquisador - e da visão das divisões – do objeto. Os objetivos que um intelectual (especialista) conhece são suas armas na luta simbólica, novamente, pelo conhecimento e reconhecimento. O intelectual faz uso de suas categorias para poder se firmar como ação simbólica de mobilização, a qual produz a unidade real, ou ao menos, a crença na unidade. O mundo do intelectual, segundo Bourdieu, se divide em incluir os aspectos pertinentes das propriedades ditas como objetivas, sendo essas o território, a língua, religião, atividade econômica, etc., juntando com as propriedades subjetivas, sentimento de pertencimento, aspectos simbólicos. As representações que os profissionais tem das divisões da realidade ajudam para que percebam a realidade das divisões. Essas representações podem de alguma forma produzir a sua própria fiscalização se possível for se impor à crença coletiva de criar, dentro desse *ethos* que mobiliza setores, estabelece as condições da sua própria realização. Também segundo Boltanski (2001) a crítica faz parte da vida cotidiana, não apenas dos doutos, a crítica é na prática uma justificação e as justificações precisam de pontos de apoio concretos. “O real realiza-se na inconsciência e a consciência é ilusória” (BOLTANSKI, 2001, p. 14). Como forma de finalizar essa parte da performatividade de Bourdieu, refiro-me a importância epistêmica de citar a conclusão do autor:

Em resumo, é a condição de exorcizar o sonho da <<ciência régia>> investida da regalia de *regere fines* e de *regere sacra*, do poder nomotético de decretar a união e a separação, que a ciência pode eleger como objecto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo, e em que não há outra escolha para quem pretende jogá-lo (e não resignar-se a ele) a não ser mistificar ou desmistificar (BOURDIEU, 1989, p. 123).

Em sintonia com a teoria de Bourdieu, Boltanski (2001), afirma que o problema central das Ciências Sociais, primeiro sendo as construções que se distanciam do sistema de interpretação dos motivos morais invocados pelas pessoas, e segundo o contrário da primeira, o qual se propõe a justificar a maneira como as pessoas se julgam face às outras. Por moral o autor descreve uma necessidade de inconscientemente gerar ações involuntárias às pessoas, a mesma se da parcialmente de acordo com as suas próprias leis, leis essas que são orientadas por uma finalidade que não é patente. Falando das leis, o



autor afirma que a sociedade obedece a leis por que há conflitos nos setores sociais, há relações de força.

O autor compara dois grupos de gestão dos anos 60 e dos anos 90. A ênfase é dada a crítica que a literatura dos anos 90 faz dos anos 60, onde a primeira comportava mais críticas às normas de gestão, logo se faz em oposição a dos anos 60, onde havia uma planificação de exigência de flexibilidade fazendo apelo ao uso da intuição (BOLTANSKI, 2001, p. 19). Ainda enfatiza que a gestão dos anos 90 não enfatizava o lucro por ele mesmo, trazia junto uma dimensão moral, de justiça. Essa razão ideológica da empresa não mais exigia os resultados brutos dos funcionários, mas fornecia razões para que atingissem objetivos econômicos. Refletindo sobre a forma de literatura de gestão dos anos 90, não muito de diferente dos anos 60, o que as diferencia é a descoberta de um método sutil e incentivador de conseguir os mesmos resultados, os capitalistas continuaram a encher o bolso em cima da mesma mão-de-obra, mas desta vez eles estavam mais fortes, pois tinham a ideia de um poder caricato de alcançar objetivos individuais e grupais. A noção de projeto neste contexto, gera uma gama de compromissos e exigências apresentadas de formas apostas, as quais resultam numa representação de trabalho em rede, que lhes permitam fazer julgamentos e repensar as ordens justificadas. Ao mesmo tempo, o autor afirma que esta rede não tem costuras, e os projetos acabam por dizer respeito apenas a mini espaços, que se assenta num constrangimento para submeter a uma forma justa de garantir o procedimento e também valorizar a dinâmica das redes.



### 3 SOBRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS

#### 3.1 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)<sup>5</sup>

Mesmo que no campo de documentos oficiais, começo este capítulo falando de uma ação não vinculada a uma instituição específica, mas como a primeira tentativa de promover saúde no Brasil. As ações do EAN se dá num campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde executado pela Secretaria Nacional de Educação Alimentar, considerado como uma das medidas mais eficazes no controle e prevenção dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos (BRASIL, 2012c). O conjunto de justificações do EAN tem origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Este campo de atuação tem como objetivo contribuir na prevenção das DCNT, a valorização das diferentes expressões de cultura alimentar, fortalecimento dos hábitos regionais, redução do desperdício de alimentos e por fim, promoção do consumo sustentável e saudável. Apesar das grandes ambições do EAN, sua forma de atuação ainda se encontra em aberto, não há um método estabelecido. Existe uma grande diversidade das abordagens conceituais e práticas, pouca visibilidade das experiências bem sucedidas, fragilidade nos processos de planejamento e presença insuficiente nos programas públicos, sem contar a falta de investimento, o que dificulta a qualificação dos profissionais das diferentes áreas de conhecimento, metodologia e estratégias. O EAN se próxima dos demais programas de alimentação, os quais também não possuem um método definido, a educação alimentar se encontra em todos os lugares e ao mesmo tempo em lugar nenhum.

O programa teve origem na década de 30, numa campanha para a aceitação de itens menos consumidos pelos trabalhadores na época. Nesta fase a promoção era feita de porta em porta. A ação foi intitulada como “Visitadora de alimentação” e já possuía como objetivo a

---

<sup>5</sup> Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõe o comportamento alimentar (BRASIL, 2012a).

promoção da alimentação saudável preconizada na época. A ação foi curta, já que considerada como invasiva pela população brasileira (BRASIL, 2012a). Na década de 70 e 80 o programa se preocupou em fazer a promoção do consumo da soja, a produção crescente no país. Na década de 90 o EAN foi considerado de pouca abrangência e foi desvalorizado como disciplina e estratégia de política pública. Ela ficou em *stand by*, por ser considerada uma forma educativa para formação e proteção de hábitos saudáveis. Neste período a OMS (WHO, 1986; 1988) começou um intenso processo de promoção da saúde, inspirado por Paulo Freire, defensor da educação baseada na ação crítica e relacionando ao mesmo tempo a valorização dos saberes e práticas populares, aliando-se aos movimentos de democratização (BRASIL, 2008; SANTOS, 2005).

A partir da década de 90 o termo “promoção das práticas alimentares saudáveis” ganhou força, e neste ponto o Estado brasileiro precisou investir em políticas públicas que refletissem a garantia dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada. Neste período a EAN é colocada novamente em discussão nos congressos da área e apresentada como uma proposta viável a demanda exigida. Ela foi apresentada nos congressos como novos focos de atuação que valorizavam o sujeito, a democracia no saber e a ética na cultura (LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003; CAMOSSA et. al., 2005).

A implementação do programa Fome Zero no ano de 2000 também deu um impulso ao EAN. A partir daí o tema “educação alimentar e educação para o consumo” passa a constar no currículo do ensino fundamental e em 2003 o EAN foi convidado a elaborar uma requalificação no PNAE. Fortalecendo o PNAE, foi criada a Lei Nº 11.947 (BRASIL, 2009a), já mencionada nesta pesquisa, a qual trazia novas exigências e novos hábitos pensados para a alimentação escolar. A exigência do consumo dos alimentos da agricultura familiar foi muito positivo para o EAN, no que diz respeito a valorização da Política Pública. O EAN apoia também outros programas do governo, como Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das DCNT e em parceria com o Ministério da Educação estabelece as bases de promoção de alimentação saudável nas escolas. Desta maneira, superando as diferenças culturais e de diversidades alimentares, junto com as ações públicas significativas, o EAN se apresenta como Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012a).

## 3.2 AS CARTILHAS DO PNAE

No *website* do CECANE, o PNAE conta com 25 cartilhas sobre alimentação e demais ramificações do programa. Para esta pesquisa, selecionamos 3 cartilhas, as quais consideramos de maior relevância para a abordagem aqui dada. As cartilhas selecionadas são: Manual para as escolas: as escolas promovendo hábitos alimentares saudáveis; O papel do nutricionista no PNAE: manual de orientações para nutricionistas vinculados ao PNAE; O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar.

### 3.2.1 Manual para as escolas

Logo no começo da cartilha, menciona-se o fato da educação alimentar vir principalmente da escola. A escola é reconhecida como um espaço onde pessoas diferentes convivem, alunos, professores, gestores, demais empregados, comunidade, etc. Deste modo escola é afirmada como *locus* privilegiado para os programas de saúde. Os programas atingem crianças e adolescentes, podendo se tornar bons exemplos para os demais, tornando-se multiplicadores da educação alimentar.

Quanto a alimentação, há uma preocupação que seja rica em nutrientes de diferentes categorias, suprimindo as necessidades dos alunos durante o tempo na escola. A educação para a saúde é direcionada para crianças, pois é nessa fase que elas podem mudar os hábitos.

Algumas escolas possuem a sua própria horta, os alunos lidam com ela através de método educativo o qual mostra para o aluno o processo que o alimento passa até chegar à mesa. Estimula o estudo dos vegetais e das plantas e mostra as dificuldades com a plantação, por exemplo, a diferenciação das frutas e legumes da estação. O especialista pela horta, segundo a cartilha é um agricultor, desta forma, cada escola com horta, deveria ter um agricultor para ajudar no ensino de produção dos alimentos. O papel do agrônomo é bastante amplo, pela apresentação das ferramentas utilizadas, explicação do uso de fertilizantes, plantio, cultivo, etc.

Quanto à base nutricional, dentro da escola o alimento deve ser esmiuçado ao máximo. A diferenciação de nutrientes, carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais, justificando a sua importância para o bom funcionamento do corpo. Há sugestão de receitas e a interligação com os ingredientes da horta. Por último, unindo-se as duas práticas, o assunto é a higiene com os alimentos quando tirados da terra e a higiene pessoal.

### 3.2.2 O papel do Nutricionista

Logo de início, esta cartilha mostra que para a eficiência do projeto, é preciso que todos os envolvidos estejam em sintonia, a escola, o nutricionista, os CAEs e demais entidades executoras. Quanto ao papel do nutricionista, a cartilha apresenta uma espécie de juramento que acreditamos ser de importância à citação:

É de sua competência e dever, consolidado por meio da conquista da Lei 11.947/2009 e da resolução CFN 465/2010, zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde, alimentação e nutrição no ambiente escolar. Para isto, as normas que abordam a atuação do nutricionista no âmbito do PNAE estabelecem que este profissional seja o responsável por um conjunto de ações técnicas tais como: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar; propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar; planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos; interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações; participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para a aquisição de gêneros alimentícios; assessorar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no que diz respeito a execução técnica do PNAE (BRASIL, 2012b).

Segundo a leitura desta cartilha podemos observar a importância do profissional nutricionista nas escolas, indispensável segundo a proposta. Ele tem o dever de promover a alimentação saudável, respeitando as particularidades regionais às tradições e aos hábitos alimentares, o controle social, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável, assim como promover os produtos da agricultura familiar justificando a escolha dos mesmos. Eles devem estar cadastrados no setor de alimentação escolar da Entidade Executora (EE) e cadastrados no FNDE.

O programa tem como dever oferecer a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), promovida pelos nutricionistas e sua execução garante a efetividade do programa. Sendo

assim, o DHAA é um elemento de transformação social nas escolas (BRASIL, 2012b).

### **3.2.3 Agricultura Familiar na Escola**

A Lei Nº 11.947, de Alimentação Alimentar, parágrafo 1 (BRASIL, 2009a), garante que 30% do recurso do FNDE deve ser destinado a compra de produtos vindos da agricultura familiar, podendo ser também de assentamentos indígenas e comunidades quilombolas, sem intermediários e dispensando o processo licitatório, uma vez que os preços obedeçam a compatibilidade com os demais agricultores locais. A vantagem para os alunos é de serem servidos com um produto de qualidade de plantio local, logo que faça parte de sua cultura. Junto ao benefício da alimentação, a lei favorece a legitimação e promoção dos pequenos agricultores.

Os produtos adquiridos da agricultura familiar devem obedecer às diretrizes estabelecidas pelo PNAE, não podendo fugir de forma alguma da proposta de alimentação saudável. Para os produtores a lei deve garantir a segurança alimentar, combate a pobreza rural e agregação de valor aos produtos regionais e a promoção da sustentabilidade. Ainda segundo a cartilha, com essa promoção da agricultura familiar na alimentação escolar, a agricultura familiar representa 70% do consumo dos brasileiros diariamente. Ainda assim, o limite individual de venda por agricultor familiar, para o PNAE, é de R\$ 9 mil por DAP/ano.

## **3.3 OS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Como resposta à mobilização social, a Constituição Brasileira de 1988, estabeleceu princípios de descentralização da gestão das políticas públicas e da participação popular nas tomadas de decisão. O controle social se propõe a fazer uma ponte entre sociedade e Estado propiciando o exercício da cidadania ativa (VAN STRALEN et. al., 2006).

A institucionalização dos conselhos populares se tornou um salto na democracia brasileira, como participação efetiva mesmo que haja um longo caminho a se percorrer. Apontamos relatos nos Apêndices desta pesquisa que vêm de maneira otimista a atuação dos CAE em Florianópolis.

Torna-se como estudo do conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanentemente, deliberativo e de assessoramento, a ser instituído

nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, visando a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009b)

Os CAEs, apesar de ter caráter aberto, dele podem participar gestores escolares, professores e comunidades, tem papel muito importante na questão do controle do alimentação escolar, conforme previsto na Resolução/CD/FNDE nº 38, Art. 7º, parágrafo 3 (BRASIL, 2009c):

É de competência do CAE do Município que assumir a responsabilidade pela oferta de alimentação escolar aos alunos da educação básica estadual, localizadas em sua área de jurisdição, o acompanhamento da execução do PNAE nesses estabelecimentos de ensino.

Entretanto, a efetividade do conselho, em refletir o ponto de vista da comunidade, apenas será efetiva se os membros se mobilizarem e gerarem discussão social. Desta maneira a formação do CAE visa juntar representantes de diferentes segmentos sociais.

Frente as exigências do conselho, no estudo de Van Stralen et. al. (2006) foi verificado uma atuação satisfatória dos CAEs nos municípios, ainda que precisem de alguns aprimoramentos. Evidencia-se que o CAE e os demais conselhos de controle sociais, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas de acordo com as exigências sociais, devem estar em maior articulação. Sem deixar de lado a principal preocupação do mesmo, que é o vínculo permanente com nutricionistas de diversos setores do governo.

#### 3.4 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN)

Como método educativo, o PLANSAN tem o objetivo de assegurar processos com o EAN que promovam a alimentação adequada e saudável, assim como proposto no PNAE, assegurando e respeitando as especificidades culturais regionais, tudo na perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (CAISAN, 2011).

Como meta o PLANSAN tem o marco conceitual do EAN nas políticas públicas, com ampla participação da sociedade, inclusive grupos mais vulneráveis como povos indígenas e comunidades tradicionais. A divulgação da educação para a alimentação qualificando os profissionais atuantes na área e atualizar guias e materiais de



referência sobre alimentação saudável e adequada. Um dado relevante presente neste caderno, é a ampliação do número de escolas a promover a Educação e Saúde no Contexto Escolar (Educanvisa), com a proposta de incluir 50 novas escolas a cada biênio.

Como braço do PNAE o PLANSAN também há preocupação com a Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão e o controle social, visando a promoção da segurança alimentar e nutricional. Deve estimular a sociedade civil a se organizar e atuar com os componentes de alimentação, nutrição e consumo saudável. Ainda como último objetivo, o plano de governo pretende promover a ciência, tecnologia e inovação para a SAN (CAISAN, 2011). É importante ressaltar que no caderno é dada importância muito grande às ações de fortalecimento do consumo alimentar adequado e saudável que ocorrem por meio das ações formativas do CECANE com o apoio do FNDE.



## 4 ANÁLISE DO DISCURSO PROFISSIONAL EDUCACIONAL

Neste capítulo nos dispomos a analisar segundo o relato de cada profissional que participou desta pesquisa, como se dá a relação entre os diferentes profissionais (da saúde; nutrição e dos gestores escolares). Assim como, segundo relato das entrevistas, percebemos algumas dificuldades entre órgãos do governo, que se afastam ainda mais da relação entre essas duas realidades. As entrevistas foram feitas com diretores de 2 escolas de Florianópolis-SC e com 2 funcionários do CECANE, órgão que atua junto com o FNDE diretamente na alimentação escolar. As entrevistas realizadas se encontram todas transcritas nos Apêndices.

### 4.1 O PARECER DOS GESTORES ESCOLARES E O CONFLITO COM PAIS E NUTRICIONISTAS

O acesso a ambas as escolas foi realizado de forma amistosa, desde o primeiro contato por telefone e já na primeira tentativa conseguiu marcar horários com os diretores. Fomos recebidos de forma positiva, sem mais empecilhos, além da constante entrada e saída de alunos e funcionários solicitando algum posicionamento da direção sobre qualquer problema.

A primeira escola a ser visitada foi a Escola 2 onde foram aplicados os questionários da primeira pesquisa. Foi atendida pela diretora e o vice-diretor, que além de estarem empolgados em contribuir com a pesquisa, elogiaram o retorno dado quanto à pesquisa feita na escola. Começamos a entrevista num cenário um tanto quanto caótico, o que prejudicou um pouco a transcrição da entrevista, mas não o suficiente para que as principais impressões fossem absorvidas.

Sem que eu fizesse nenhuma pergunta, após explicar o tema da pesquisa, já tive a concepção do vice-diretor sobre o assunto,

Os alunos são muito influenciados pelo comércio. E aí o que acontece? Rejeitam esse trabalho da alimentação saudável por conta dessa influência da mídia. Eles entram com refrigerantes, o que não pode, e ainda resistem. [...] É difícil! Eles (o PNAE) têm um programa que ao mesmo tempo é uma parceria para conscientizar para a vida saudável. Como eles não estão acostumados há uma resistência (ENTREVISTADO 1, 2014).

Essa justificação prévia mostra o reconhecimento do problema da baixa adesão dos alunos à alimentação escolar. Junto a isso, em poucas palavras e em breves segundos de entrevista temos o que citamos no referencial teórico como a alimentação ser uma questão de diferenciação, segundo estudos de Bourdieu (2007), os alunos não só não querem comer o que está sendo oferecido na escola como uma refeição padrão a todos, querem consumir aquilo que tem apelo midiático, que é reconhecido pelos outros e possui um significado simbólico grande, ao mesmo tempo que se diferenciam daqueles que aderem a alimentação escolar, estão quebrando uma regra da escola, pois segundo a Lei nº 11.947, Art. 1º (BRASIL, 2009a), “Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo”. Desta forma, todo alimento que entrar no ambiente escolar deve seguir a regra acima citada, então além da oferta dos alimentos na escola, há de haver uma fiscalização dentro do ambiente para que outros tipos de alimentos e bebidas que não cumpram essa regra, não entre nem seja consumido em ambiente escolar. Sobre este assunto, o diretor da Escola 1 se manifestou de novo

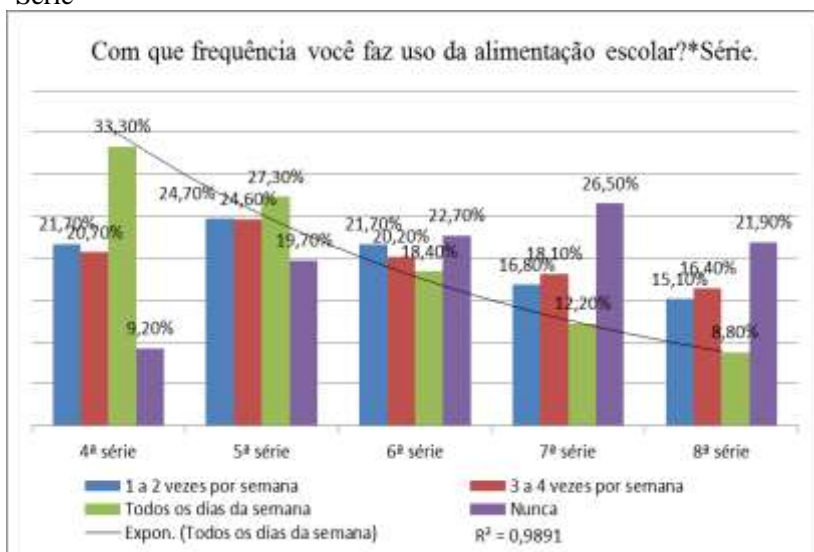
Já peguei casos de os alunos trazerem garrafa pet de refrigerante escondido dentro da mochila, eles não podem consumir essas coisas aqui dentro, mas dão um jeito. Tem uma banca logo ali ao lado com tudo que é doce, não temos como impedir que eles comprem, é fora da escola (ENTREVISTADO 1, 2014).

Já com o gravador desligado, na mesma escola recebi o relato de que realmente é feita uma fiscalização dos alimentos trazidos de fora da escola, os gestores abordam o aluno e pedem que guardem ou joguem fora, mas os mesmos afirmam que depois de um tempo os alunos “dão um jeito” de consumir escondidos. Já na Escola 3, o relato quanto aos alimentos trazidos de casa foi de falta de confiança na alimentação escolar:

[...] eu sinto que muitos pais ainda não confiam. Não sei se é porque eles acostumaram os filhos com esses lanchezinhos mesmo, ou alguns acham que comida a tarde, comida salgada, não é pertinente. Só que eu não posso te dar uma exatidão porque eu não fiz uma pesquisa ou coisa do tipo, é o que eu sinto nas reuniões, que eles se sentem mais seguros de mandar a merenda pro filho (ENTREVISTADA 3, 2014) .

Nesta escola a diretora não mencionou qualquer fiscalização sobre o que é trazido de casa pelos alunos, mas a Agente do PNAE entrevistada justifica essa desconfiança, quando já tínhamos o gravador desligado “É compreensível que os pais tenham essa desconfiança, na época deles, na nossa, a merenda escolar sempre foi ruim. É difícil acreditar que houve uma mudança grande.” O gráfico 4, ilustrado na introdução, ilustra a diferença que faz a presença dos pais na adesão da alimentação escolar dos alunos. Os atores aqui citados tratam a falta de adesão dos alunos primeiramente como uma questão cultural familiar, dizem não poder ter o controle destes aspectos e nem correr contra o apelo da mídia para produtos condimentados, sem contar que a educação para a alimentação não atinge a todos “Mas isso é só pro ensino fundamental 1. O fundamental 2 e o ensino médio não são atingidos por essa atividade.” (ENTREVISTADA 2, 2014). Segundo este relato, ilustramos com o dado da pesquisa do NIPP/SME/PMF (2011) novamente para que seja possível visualizar no que acarreta essa educação só para as primeiras séries, tendo uma adesão muito maior dos alunos.

Gráfico 8 – Com que frequência você faz uso da alimentação escolar? \*Série



Fonte: NIPP/SME/PMF (2011).

Os relatos acima enunciados confirmam a teoria de Bourdieu (2007) como a alimentação como uma forma de distinção, como já men-

cionado, mas também vai de encontro com a pesquisa de Popkin (2009), existe um não compromisso da família ao fechar os olhos para o tipo de alimentação que consomem. A questão da saúde não é prioritária nesses casos, essas escolhas são influenciadas pelos próprios pais, está presente como uma verdade no dia-a-dia desses escolares, o que também pode indicar uma outra perspectiva de saúde dos mesmos. Então a implementação de uma alimentação saudável, sem uma preparação para este cenário *fastfood* torna a oferta desses alimentos saudáveis pouco eficientes.

Quanto à promoção da saúde na escola ou formas de incluir a alimentação escolar no currículo, tivemos um grande silêncio vindo dos gestores escolares. Em ambas as escolas menciona-se um programa de inclusão da alimentação no currículo, porém apenas para os alunos que cursam até a quarta-série, justificado pela nutricionista (ENTREVISTA-DA 4, 2014). Segundo ele é mais fácil mudar os hábitos dos alunos nesta fase, quando ainda estão formando seus hábitos. Numa tentativa de justificar, o vice-diretor da Escola 2 fala:

Mas isso é um hábito, né?! Tem que ser mudado, tem que ser feito um trabalho desde o ensino fundamental, que trabalhe com a criança. Tem que levar no refeitório, tem que mostrar os recursos, as frutas, os legumes, explicar por que é importante. Mas não se faz esse tipo de trabalho, por mais que a gente tenta fazer algo diferente, o cardápio já vem pronto... Tem que algum professor lançar ou abraçar um projeto (ENTREVISTADO 1, 2014),

mostrando a falta de preparo que tem a escola quanto ao que fazer para trazer a alimentação escolar como uma forma educativa. Por outro lado, vemos medidas sem eficácia na educação para a alimentação, mas que parte de iniciativa da escola:

A gente faz uma orientação, para que essa coisa do saudável fique legal. As professoras fazem orientação, de não trazer refrigerante, não trazer salgadinhos... A coisa da alimentação saudável mesmo. Mas é difícil, porque a cultura do pronto, do enlatado, das refeições rápidas... Por mais que tu fale... Por que eu falo sempre em reuniões de pais, né?! Que eu experimento, que as crianças vêm que eu faço isso, porque os professores não podem comer, a merenda é só pros estudantes, mas eu tenho autorização de experimentar e eu gosto de experimentar. As vezes eu provo e vou lá agitar “Ó gente, a comida ta muito boa hoje”, tem

que fazer esse papel assim, né?! (ENTREVISTADA 3, 2014).

Os gestores se sentem desamparados pelo estado no quesito de capacitação para este trabalho; o mesmo é feito da forma com que cada um julga melhor, mesmo sem preparação e/ou nada é feito devido ao despreparo para tratar de assuntos transversais. Primeiramente, voltando a legislação vemos que um importante item é uma das maiores dificuldades encontradas pelos gestores, a Lei nº 11.947, parágrafo 4 (BRASIL, 2009a):

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Fora a legislação, precisamos ressaltar a crítica de Moreira e Silva (1999) quanto a articulação do currículo a realidade escolar, as dificuldades em voga, o currículo deve produzir e criar uma visão simbólica cultural. Porém vemos o despreparo e também a preocupação desses profissionais em como se articular, por onde começar e a quem dar a responsabilidade. A nossa hipótese de falta de educação alimentar para os alunos aqui se mostra com raízes mais profundas, com a falta de preparo dos próprios gestores escolares.

Importante informação sobre a alimentação escolar, também antagonica a proposta do PNAE, como observado nas cartilhas, é o incentivo a autogestão da alimentação escolar. Vimos em ambas as escolas que não possuem nem de perto a autogestão, o serviço de alimentação escolar é por completo terceirizado, vindo de outra empresa que faz as compras dos alimentos e utiliza a cozinha da escola para os preparar, a diretora da Escola 2 ainda afirma que das escolas estaduais, apenas 4 trabalham com autogestão em Santa Catarina. Este aspecto distancia ainda mais os gestores da alimentação escolar, a empresa terceirizada pouco sabe sobre a realidade da escola, e o cardápio fornecido para as escolas estaduais, é feito um para todas, segundo informações da Entrevistada 5 (2014). Então como fazer uma alimentação mais adequada culturalmente? Como cada escola deve justificar a preferência de seus alunos? “No caso elas fazem planejamento quinzenal. Se tu tentar falar ‘ah, eles não gostaram disso’, não justifica, por que é tudo padronizado pra fazer com que a empresa compre.” A privatização do serviço de alimentação escolar é mais um item no distanciamento da escola com a

prática da saúde, a temática com a aproximação dos alunos, e mais uma forma burocrática de lidar com situações internas.

Esse processo resulta no conhecimento e reconhecimento do campo de ambas as partes e arranjada um método sutil e incentivador de conseguir os mesmos resultados, deixando esses atores sociais atuando numa rede, onde cada um tem a ideia de estar fazendo o seu papel, mas que essas ações por eles exercidas não se conectam. As reclamações da escola podem ser feitas a empresa, mas a empresa recebe ordens do governo do estado, logo as reclamações levadas ao estado são devolvidas para a empresa como uma forma padronizada de solucionar os problemas de todas as escolas do estado de Santa Catarina.

E a única nutricionista que nós temos contato, é a nutricionista da empresa. Temos também contato com o pessoal da SED, que tem nutricionista também, só que o contato nosso mais direto é com a nutricionista da Risotolândia. A SED vem fazer fiscalização, se eu tiver alguma dificuldade, eu entro em contato direto com a SED. Por exemplo, uns anos atrás eu fiz um relatório das condições de higiene da cozinha. Aí encaminhei pra SED todo esse relatório, com fotografias, e logo eles fizeram uma ação em cima que melhorou. Né?! Então sempre que aparece um problema, eu envio para frente, pra gerência de educação (ENTREVISTADA 3, 2014).

Quanto à adesão da agricultura familiar ao PNAE, ambas as escolas tinham poucas palavras para definir a sua opinião sobre o assunto, uma vez que esses gestores não tem nenhum vínculo com quem faz as compras.

É importante a agricultura familiar por que é um incentivo aos agricultores da região. Também por que alguns são livres de agrotóxicos. Só que tem pontos negativos, que é a oferta irregular. Eles não são GRANDES produtores, então não tem como contar 100% com esse serviço, nem a qualidade, as lavouras podem sofrer danos. A escola... a empresa tem costume de usar (ENTREVISTADA 2, 2014).

“Mas assim ó Ana, aqui não tem nada da agricultura familiar que chega” (ENTREVISTADA 3, 2014). Esse tipo de opinião se nutre da falta de autonomia que a própria escola tem com a sua alimentação. Como já citado, cada escola tem as suas especificidades, e uma nutricionista para o estado e uma empresa que atende a inúmeras escolas, não dão conta



das diversidades. Tive dados relatados da mesma forma nas escolas, que me deixaram bem segura sobre a “sensação de não ter o que fazer” de ambas. Escola 2 e Escola 3 falaram que muitos alunos rejeitam as refeições salgadas, os pratos servidos como almoço, porém adoram quando servem lanches, nas duas escolas ouvi o mesmo relato “eles adoram quando tem o sanduíche de frango”. Todavia, o cardápio não é decidido pela escola. Outro ponto importante levantado pela diretora da Escola 3 é a preferência e a diferença de idade, também prevista na Lei nº 11.947, Art. 2º, parágrafo VI (BRASIL, 2009a):

o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Porém o que vemos em todas as escolas é um cardápio único pro dia, servindo todos os alunos de forma igual. “Assim, o quadro todo eu não acho ruim não. Tem lanches que são muito bem elaborados. A minha grande preocupação é o horário, por que, a noite, dia de lanche não é muito aceitado, por que eles vêm com fome” (ENTREVISTADA 3, 2014).

Quanto à autonomia que os gestores tem nas escolas, na E2 a diretora assumia que algumas decisões podia tomar, mas que estavam bem presos tanto pelo governo do estado quanto pela empresa contratada:

O que a gente consegue negociar é, tipo semana que vem vai ter passeio, então a gente pede pra trocar nesses dias o almoço por lanche, daí tudo bem, eles fazem a troca, mas a refeição que foi trocada, tem que ser “reposta” na próxima semana. Não da pra fugir muito da regra (ENTREVISTADA 2, 2014),

não se mostrando muito feliz com as possibilidades que tem. Já na Escola 3, há um poder atribuído pela diretora, muito mais simbólico do que autoritário. “Eu desconheço, nunca teve intervenção aqui. Eu cuido disso (merenda escolar) há uns dois anos, antes era a minha assessora. Nesses 2 anos, eu não vi ninguém do CAE” (ENTREVISTADA 3, 2014). Vemos nesse cenário mais uma vez a rede desconectada de Boltanski (2009), são funções atribuídas a várias pessoas que no fim acabam por não se comunicar, talvez como uma questão de estratégia, ou mesmo falta de organização. O fato identificado nas escolas estaduais é que pouco pode ser feito pela escola para que a Educação para a Alimenta-

ção Saudável seja efetiva, a rede é muito ampla e muito burocrática, no próximo tópico veremos a opinião dos profissionais do PNAE quanto à intervenção nas escolas estaduais.

Embora diante de tantas dificuldades, os diretores entrevistados consideram o serviço terceirizado de boa qualidade e em algumas situações conseguem assumir que mesmo não sendo a situação ideal, é a mais efetiva no momento:

Tinha cozinhas que eram um caos, então o CAE serve para isso, ele recebe denúncia, vai na escola, fiscaliza, faz o controle e envia para a SED. As coisas melhoraram graças a fiscalização do CAE. Houve essa melhora devido as denúncias (ENTREVISTADA 2, 2014).

Justificando a importância do CAE na escola, em seguida a mesma diretora faz sua análise sobre a autogestão:

A tendência é fazer a autogestão, porém é muita atribuição pra gente. Nós estamos sozinhos bem dizer, falta pessoal, falta coordenador educacional, tinha supervisor[...]Seria mais uma atribuição pra gente. [...]: É difícil, quem hoje faria essa seleção do hortifruiti? Quem... Não é simples, não é como colocar uma pessoa num balcão para atender. Nós temos hoje 200 alunos, e entre 100 e 150 fazem uso desse recurso. Essa metade tem que ser levada em conta, eles precisam . E tem que ser atendido as exigências, eles preferem lanches, não querem parar e comer, querem comer enquanto brincam no intervalo. É um trabalho constante (ENTREVISTADA 2, 2014).

Então, mesmo diante da insatisfação em poder interferir nas particularidades da alimentação em suas respectivas escolas, os diretores reconhecem que não tem como atribuir mais uma tarefa, ainda mais desta importância para comando exclusivo da escola, sendo obrigados a manterem essa rede com falhas de ligação explicada por Boltanski (2009).

## 5 ANÁLISE DO DISCURSO PROFISSIONAL DOS NUTRICIONISTAS

As entrevistas aplicadas aos profissionais técnicos, os nutricionistas, apesar de recebidas de forma também amistosa, foram executadas de forma completamente diferente. Primeiramente houve nos dois casos um estranhamento quanto à “uma aluna de ciências sociais” pesquisando sobre alimentação escolar. Foi preciso explicar minuciosamente os objetivos para que os entrevistados pudessem se sentir mais a vontade com a conversa.

Logo de início nos deparamos com uma questão bem complicada para a execução da pesquisa, o CECANE e o Departamento de Nutrição apenas atuam em escolas municipais. Na primeira entrevista, com a nutricionista (ENTREVISTADA 4, 2014) subcoordenadora de extensão do CECANE, descobrimos que os projetos de intervenção são feitos em escolas municipais, as pesquisas de censo que englobam também as estaduais e federais, todas as escolas públicas do estado de Santa Catarina. Logo o convênio que o curso de nutrição tem para a aplicação do estágio obrigatório dos estudantes, apenas tem vínculo com a Secretaria Municipal de Educação.

Na segunda entrevista com a Agente do PNAE (ENTREVISTADA 5, 2014) conseguimos ir um pouco mais fundo e descobrir o porquê da falta de intervenção no governo estadual, porém com a fala da entrevistada percebemos que está em pauta no trabalho do Centro Colaborador:

O CECANE é um centro colaborador do PNAE, mais vinculado ao FNDE que é quem financia com a universidade. Então o FNDE manda recurso pros estados, municípios e escolas federais e manda pra UFSC prestar apoio técnico para estas pessoas. A nossa função é ser um braço do FNDE aqui, fazer capacitação, assessoria, pesquisa, na área para os gestores da alimentação escolar, que são as secretárias de educação do município e estado, as escolas federais que querem o nosso apoio a gente também vai lá fazer assessoria, dar orientação em cima da legislação. O nosso apoio com os municípios e estado é um apoio técnico (ENTREVISTADA 5, 2014).

Com a fala acima conseguimos estruturar de melhor forma a ideia sobre como é feita a intervenção de levar a saúde alimentar para dentro das escolas. Sobre o trabalho do CECANE, conseguimos mapear como este trabalho de educação alimentar entra nas escolas, desde o seu prin-

cípio. O papel do nutricionista vinculado ao PNAE não tem relação com a educação, assim como a entrevistada acima mencionou mais de uma vez durante a entrevista.

O papel do nutricionista é *técnico*, e destaco para que não haja complicações com as diferentes entrevistas, e por ter sido considerado de suma importância pela Entrevistada 5 (2014). O que está previsto na LEI Nº 11.947<sup>6</sup> é que o nutricionista deve unir o seu conhecimento técnico e aliar com a formação pedagógica que os professores tem, fazendo formações e auxiliando o professor de que formas a temática de alimentação saudável pode ser tratada em cada disciplina. O trabalho executado pelo CECANE no âmbito da capacitação é bastante amplo, atingindo todos os atores sociais envolvidos neste contexto e os colocando em contato entre si conforme diálogo a seguir:

E5: As formações são uma capacitação integrada, vou dar o exemplo desse ano, Campos Novos. A gente usou toda a estrutura do município, a gente ficou em torno de 15 pessoas daqui, que a gente contrata também externos. Usamos toda a estrutura do município polo, hotel, alimentação, salas nas universidades locais, etc. Nesse município acontece 3 dias de formação com os municípios da região, os municípios que fazem divisa. Esse ano a gente tinha 9 ou 10 municípios da região de campos novos, que todos os dias iam até a região de campos novos e voltavam. Ai desses municípios a gente convida nutricionistas do município, merendeiras, professores, os conselheiros da alimentação escolar, que é obrigatório eles irem por que tem o recurso dos conselheiros, e os agricultores familiares. Então com esses 5 atores sociais de cada município, a gente tem em torno de 100 pessoas na formação. São 3 dias de formação, no último dia da formação eles todos se reúnem. Durante os primeiros dois dias de formação, eles estão divididos por cargos, capacitação das merendeiras, dos professores e tal. No último dia eles são

---

<sup>6</sup> Resolução/CD/FNDE nº 38, (BRASIL, 2009b), Art. 13, parágrafo 3: “O FNDE fomentará Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar e/ou Centros de Referência por meio de parcerias com Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa e Associações Técnico-científicas, para que possam prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, bem como o desenvolvimento de outras ações pertinentes à boa execução do Programa”.

redistribuídos não mais por área de atuação, mas por município. Geralmente essa é a primeira vez que todos esses atores sociais tem contato e discutem os problemas do município deles, o que tem de necessidade, o que tem de positivo que pode ajudar a resolver os seus problemas de trabalho e também eles fazem um plano de trabalho. São eles mesmo que montam, a gente fica lá só pra coordenar, mas eles mesmos que discutem, estabelecem prioridades, o que tem que fazer, se o problema é a agricultura familiar, eles vão tentar destrinchar e traçar metas para resolver. P: É um projeto de intervenção.

E5: Isso, mas é eles que montam. Nós só damos o suporte nesse momento. Eles vão botar o nome deles no projeto, o calendário de metas, como vão correr atrás pra cumprir, então como são vários atores sociais, eles acabam criando um vínculo, e aquilo ali precisa ser continuado durante o ano, pra cumprir as metas que eles mesmos traçaram. O acompanhamento que a gente tem depois é em cima desse plano de trabalho. Por que depois da capacitação, onde eles levantam os problemas e elencam as prioridades, aquilo ali já fica como o que eles tem que fazer. Quando a gente entra em contato depois por e-mail pra saber se eles estão conseguindo cumprir, é que eles vão nos dar o retorno. Muitos deles conseguem cumprir o plano, mesmo com atraso, mas a maioria consegue cumprir o plano e fazer as coisas andarem (ENTREVISTADA 5, 2014).

Visto este diálogo, fica bastante claro como é feito o trabalho de intervenção dentro das escolas, como é possível inserir o assunto para conhecimento dos alunos e como preparar todos os atores engajados neste serviço, para que se possa trabalhar numa rede que de fato de acesso a suas pontes, para que assim, cada profissional possa performar o seu papel.

Vimos também que o curso de nutrição da UFSC vai além das limitações previstas em lei e faz com que o nutricionista atue dentro do ambiente escolar interagindo com os alunos, criando um vínculo pedagógico não previsto no currículo do curso. A intenção como estágio obrigatório, é que o nutricionista interaja neste espaço além da técnica. Quando questionamos a nutricionista (ENTREVISTADA 4, 2014) se o

papel do nutricionista dentro das escolas era dar palestras, rapidamente ela acenou negativamente com a cabeça e disse:

É por que tem essa concepção assim, que a partir da educação alimentar, a gente vai passar um monte de informações para a pessoa e aí ela vai mudar os hábitos dela, não adianta dar a informação se ela não precisa, então não é dessa forma que a gente trabalha. A gente sempre tenta trabalhar com a concepção de educação popular, por isso a importância de ter um planejamento de atividades e todas essas questões que eu te falei. Então a gente evita ir lá e fazer palestras, fazer teatrinho e achar que essa é a melhor forma de educação alimentar e nutricional. A gente quer inserir outras concepções, a gente tem essa parceria inter-setorial, de estar junto com a unidade de saúde na escola fazendo intervenções.

A nutricionista julga ter uma boa articulação, com os diretores, os estagiários, os professores, enfatizando que eles não saem da sala enquanto a equipa esta lá. O objetivo é pensar em dar um tipo de capacitação para os professores, pra eles entenderem que atividades eles podem fazer pra nos auxiliar.

Nós entregamos nesse último estágio portfólios para as crianças. A professora de ciências disse que queria trabalhar as partes da planta, então aproveitamos a horta. [...]. Então a gente viu a necessidade de trabalhar isso com as crianças criando um portfólio, e esse portfólio incluiu uma receita, e a receita é justamente da alimentação que essa criança tem dentro da escola. Depois a gente fez uma atividade de ir até a horta da escola identificar os alimentos. E a terceira atividade é cozinhar, usar a maior quantidade de alimentos que essas crianças conheceram e fazer receitas com elas junto. A horta da escola é quase que exclusivamente utilizada para essas atividades pedagógicas (ENTREVISTADA 4, 2014).

Mesmo que pela legislação o trabalho do nutricionista se limite ao ambiente técnico, há medidas tomadas pelo curso de nutrição da UFSC para que essa atividade possa ir além, que eles possam interagir também com os alunos mostrando o seu conhecimento técnico sobre os alimentos e nutrientes. Todavia, essa prática se dá apenas nas escolas municipais, os vínculos são feitos apenas a partir daí. Quando questio-

nada pela falta de atuação nas escolas do governo estadual, a Entrevistada 5 (2014) logo apontou inúmeros problemas que os impedem de exercer as atividades propostas pelo PNAE e pelo CECANE dentro desta gestão.

No caso do estado, eles têm uma política de trabalho mais fechada, então a gente não conseguiu entrar via secretaria de educação, a gente conseguiu entrar via conselho. O CAE do estado que nos convidou para participar das reuniões deles, desde 2010 a gente vem participando de todas as reuniões do conselho. Então a gente dá o suporte técnico necessário pro conselho. O que acontece? Como o estado sofreu várias denúncias, do conselho e dos escolares, o FNDE veio aqui e fez intervenção no estado, de auditoria e fiscalização. Agora o estado tá se abrindo um pouco mais, e agora que a gente está conseguindo entrar na gestão. Teve alguns momentos que eles se sentiram incomodados por causa das denúncias e nos convidaram para reuniões, mas logo depois se afastaram de novo. Por esse motivo a gente não tem muita atuação no estado. O que está previsto para 2015, depois da auditoria, é fazer uma assistência técnica na gestão do estado (ENTREVISTADA 5, 2014).

Percebemos com a fala da nutricionista E4 que as dificuldades são a burocracia e a terceirização do serviço. A terceirização do serviço complicou bastante, por que em alguns setores enquanto pesquisadoras ouvimos os gestores estaduais falarem que melhorou.

Mas a gestão lá de 2008, também não era certa, não estava sendo feita como a lei previa. Então em 2009, quando terceirizou, aquela escola que só recebia biscoito macarrão e atum, no máximo um frango enlatado, nem congelado, passou a receber fruta, verdura, outros alimentos. A gente tem é que avaliar a qualidade desses alimentos. O cumprimento de cardápio... (ENTREVISTADA 5, 2014).

Aí começamos a perceber outras questões e outros problemas que vão além da escola. Justificando o porquê algumas vezes o gestor que está na escola, não percebe os problemas para fora. O Estado tem outros problemas com a terceirização, segundo a nutricionista, que são: o gasto excessivo, o cardápio que não é cumprido, entre outros. A legislação do

PNAE prevê várias questões do cardápio, do incentivo a cultura local, o hábito da região, o cardápio tem que ser bem adaptado mesmo àquela realidade daquela escola, e isso nem sempre é possível de ser posto em prática. “Então a solução não é voltar pra autogestão, aquela também não cumpria a lei, tem que se pensar numa terceira saída” (ENTREVISTADA 5, 2014).

A nutricionista elenca em sua breve fala todos os problemas de atuação nas gestões estaduais de escola, justificando assim a diferença dos discursos entre um bloco de profissionais e o outro que participaram desta pesquisa. Ainda mencionou que a única forma de intervenção que o CECANE tem hoje nas escolas estaduais é através do CAE, que é aberto a comunidade. Então essas formações e capacitações feitas pelo Centro Colaborador, apenas chegam nas escolas através de um filtro muitas vezes não qualificado e limitado em seu desempenho, como o exemplo da diretora da Escola 3, que mencionou não ter conhecimento algum sobre o conselho.



## 6 CONCLUSÃO

O que se observa é existência de uma política pública, a oferta efetiva de alimentação considerada saudável. De igual maneira existe um discurso de nutricionistas e gestores o qual dá respaldo a esta política pública e confirma a preocupação do Estado em solucionar a questão das DCNT e performa ao mesmo tempo em que legitima a escola como lócus da alimentação saudável. Por outro lado, quando levantamos qual a relação dos estudantes com a alimentação escolar observamos como a efetividade destes discursos e destas políticas estão longe da realidade. Há um espaço vazio de informações entre os órgãos de intervenção do PNAE e as escolas estaduais, crises burocráticas e como se trata de um campo muito abrangente, qualquer pequena ação se torna de difícil aplicabilidade. As diferentes políticas públicas ilustradas no capítulo 2 se tornam demasiadamente utópicas frente a realidade das escolas estaduais.

Observamos, segundo o discurso dos entrevistados, que a atuação do PNAE nas escolas de gestão municipal é potencialmente mais efetiva do que nas escolas de gestão estadual. Há uma política pública que promove a igualdade e singularidade das escolas que é incapaz de ser posta em prática em nível macro devido à descentralização e burocratização da gestão. Não está bem definido como vai ser implementado o PNAE nas escolas estaduais, mesmo depois de 5 anos da mudança da lei de alimentação escolar e a terceirização do serviço. Há pontos destacados de complicação na aplicabilidade do programa em âmbito estadual que ultrapassam o alcance das agentes do PNAE, como exemplo a E5 nos mostra que por mais que o serviço seja terceirizado, não pode ser feito todo por uma única empresa, uma deve fazer as compras e a outra preparar as refeições, diminuindo assim a compra de alimentos de baixa qualidade visando apenas o lucro da empresa e a diminuição da possibilidade de fraude.

Os resultados aqui obtidos justificam a pesquisa mencionada na introdução e mostra o cenário pelo o qual a alimentação escolar não é tão bem aceita pelos escolares da rede estadual, tirando o foco apenas dos alimentos e indo mais fundo, em águas que perpassam a concepção de cada um. A aceitabilidade das escolas municipais, segundo dados do CECANE informados pela E4 é de 80%, o que reflete este trabalho integrado entre educação alimentar e refeições saudáveis.

Destacamos um plano onde não há conexão entre a prática educativa do PNAE e seus colaboradores na gestão estadual. Seguindo o pensamento de Boltanski (2009), o poder e a moral dada a cada um

segue apenas seus próprios julgamentos, não chegando a outra ponta da intervenção, gerando uma rede de autoridades e de poder disseminado onde não há conexões, fazendo com que assim, os setores falhem na sua execução. Os atores são obrigados a seguir as leis ao pé da letra pois há muitos conflitos e incoerências no campo, justificando sua moral numa *cit e* c ivica, não por autoritarismo, mas por falta de articula o de setores.

Confirmamos, segundo Bourdieu (2004), que a escola não são   geradora de desigualdades, mas as diferenças de gestões governamentais possibilitam que estas se acentuem. Os próprios setores públicos trabalham com o princípio de desigualdade, potencializando o papel exclusor da escola. Os bens simbólicos dos alunos da rede estadual e municipal de ensino são transmitidos de maneiras muito desigual. Observamos que mesmo tendo os recursos materiais adequados, a rede estadual não consegue articular seu currículo com o espaço disponível. Sendo assim, sim o sistema escolar afirma culturalmente a desigualdade, resultando num sistema de conserva o cultural.

Quanto a inclusão das classes mais baixas nos meios simbólicos de cultura, os aproxima cada vez mais daquilo que lhes   familiar, a cultura da *junkfood*, impossibilitando a inser o de novas ressignifica es nessas ideias prontas incumbidas como cultura familiar. O currículo da rede estadual de ensino não pode representar neste caso a cultura alimentar local devido as segmenta es de sua gestão.

Pensando na atua o dos profissionais, vemos um conhecimento das atribui es de cada um, porém não há o reconhecimento dessas práticas nessas duas realidades de articula es entre as duas áreas, gestores e nutricionistas. Fazendo mais um jogo com a teoria, assim como a sociologia, o governo do estado lida com regras e ambientes muito gerais, o que os impede de exercer um trabalho minucioso nas particularidades de cada setor. conforme Bourdieu (1989) as rela es hierárquicas, onde o poder do Estado age sob uma institui o e isso reflete em como a institui o age na popula o, no caso das escolas estaduais, não repassando esse ensinamento da alimenta o saudável.

O estado peca na sua ineficácia de classifica o, não reconhece todos os aspectos do seu objeto, resultando que cada escola acabe por agir segundo os modelos de reconhecimento de cada gestão, sem poder exercer a universalidade do PNAE. Cada profissional acaba por consolidar suas pretensões da institui o como um veredicto de utopismo, para poder legitimar a existência de sua identidade social. As lutas simbólicas entre os profissionais são incapazes de uma a o simbólica de mobiliza o, pois as categorias de cada lado de atua o do

PNAE faz com que uns não reconheçam as categorias do outro. Essas representações ocultas para cada um faz com que não haja um *ethos* que mobilize os setores de educação e nutrição.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO [ABIA]. **Consumo de alimentos em novo patamar**. São Paulo, 2007.

BATISTA FILHO, Malaquias. **O Brasil e a segurança alimentar**. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.* [online]. 2007, vol.7, n.2, pp. 121-122. ISSN 1519-3829. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292007000200001>.

BEARDSWORTH, Alan; KEIL, Teresa. **Sociology on the Menu: an invitation to the study of food and society**. London: Routledge, 1997

BELLO, P.; CAMACHO, M.; BELLO, G. Infância na balança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/pagina/obesidade-infantil.html>>. Acesso em 10 dez. 2014.

BOLTANSKI, Luc. A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo. Fórum Sociológico. **Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica**, Número 5/6, IIª Série, 2001, pp.13-35.

BORDINHÃO, A.C. **Obesidade e infância: reflexões a partir da rede federal e estadual de ensino em Florianópolis-SC**. In: 24º Seminário de Iniciação Científica da UFSC. 2014. Resumo disponível em: <<http://formulario.pibic.ufsc.br/pub/verResumo/323072>>. Acesso em 10 dez. 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.947, de junho de 2009**. 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministérios da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº38, de 16 de julho de 2009**. 2009b. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000038&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <[http://actbr.org.br/uploads/conteudo/917\\_cartilha\\_dcnt.pdf](http://actbr.org.br/uploads/conteudo/917_cartilha_dcnt.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marcos de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012c. Disponível em:

<[http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco\\_EAN\\_visualizacao.pdf](http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Vigitel Brasil 2011**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2011\\_fatores\\_risco\\_doencas\\_cronicas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2011_fatores_risco_doencas_cronicas.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar** (PNAE). VASCONCELOS, F. A. G. et. al. (orgs.). 2. ed. Brasília: PNAE: CCANE-SC, 2012.

COITINHO, Denise; MONTEIRO, Carlos A.; POPKIN, Barry M. What Brazil is doing to promote healthy diets and active lifestyles. **Public Health Nutrition**, v. 5. n. 1A. 2002. p. 263-267.

DOMENE, S.M.A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicol. USP**, v.19, n.4, São Paulo, dez. 2008.

DOUGLAS, M. **Les structures du cuisinaire**. Communications, 31, 145-169, 1971.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. C. **O mundo dos bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

ENTREVISTADO 1. **Entrevista escola 1**. [nov. 2014]. Entrevistadora: Ana Carolina Bordinhão Pires. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3 (43:44 min.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B deste Trabalho de Conclusão de Curso.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista escola 1**. [nov. 2014]. Entrevistadora: Ana Carolina Bordinhão Pires. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3 (43:44 min.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B deste Trabalho de Conclusão de Curso.

ENTREVISTADA 3. **Entrevista escola 3**. [nov. 2014]. Entrevistadora: Ana Carolina Bordinhão Pires. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3 (23:08 min.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C deste Trabalho de Conclusão de Curso.

ENTREVISTADA 4. **Entrevista nutricionista PNAE.** [dez. 2014]. Entrevistadora: Ana Carolina Bordinhão Pires. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3 (48:15 min.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste Trabalho de Conclusão de Curso.

ENTREVISTADA 5. **Entrevista agente PNAE.** [dez. 2014]. Entrevistadora: Ana Carolina Bordinhão Pires. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3 (56:50 min.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

FISCHLER, C. Food, self and identity. **Social Sciences Information**, v. 27, n. 2. p. 92-275. 1988.

FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S.; **Relações de produção e consumo:** a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/819.pdf>> Acesso em 1 mar. 2014.

GABRIEL, C. G.; MACHADO, S. M.; SCHMITZ, A. C. T.; CALDEIRAS, G. V.; VASCONCELOS, F. A. G. Conselhos Municipais de Alimentação escolar em Santa Catarina: caracterização do perfil de atuação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18(4): 971-978, 2003.

LAGO, J. M. P. **Comer na escola:** uma questão de habitus. No prelo.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas elementares do parentesco.** Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós graduação do Rio de Janeiro (1980-1998). **Hist., Ciênc., Saúde**, Manguinhos, v.10, n.2, p. 603-635, 2003.

MACHADO, P. M. O.; MACHADO, M. S.; SHMITZ, B. A. S.; CORSO, A. C. T.; GONZÁLEZ-CHICA, D. A.; VASCONCELOS, F. A. G. Caracterização do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Santa Catarina. **Rev. Nutr.**, Campinas, nov/dez, pp715-725, 2013.



MARTINS, R. C. B.; MEDEIROS, M. A. T.; RAGONHA, G. M.; OLBI, J. H.; SEGATTI, M. E. P.; OSELE, M. R. Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental. **Revista da Saúde**, Piracicaba, v. 6, n° 13, p. 71-78, 2004.

MAZON, M. S. A transição nutricional e sua sociologia: o dilema alimentar do século XXI. In: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, Gert; RIAL, C. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

MENZEL, P.; D'ALUISIO, F. **What the world eats**. 2014. Disponível em <<http://www.nobelpeacecenter.org/en/exhibitions/hungry-planet/>>. Acesso em 10 dez. 2014.

MONDINI, L.; LEVY, R. B.; SALDIVA, S. R. M.; VENÂNCIO, S. I.; AGUIAR, J. A.; STEFANINI, M. L. R. Prevalência de sobrepeso e fatores associados em crianças ingressantes no ensino fundamental em um município da região metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(8):1825-1834, ago, 2007.

MOULIN, L. **L'Europe à table**: introduction à une psychologie es pratiques alimentaires. Bruxelles: Elsevier Séquoia, 1975.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1999.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição Rev. Nutr.** vol.20 no.3, Campinas, Mai/Jun, 2007.

POLLAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

POPKIN, Barry. **O mundo está gordo**. Modismos, tendências, produtos e políticas que estão engordando a humanidade. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009.

SCHMIDHUBER, Josef. The growing global obesity problem: some policy options do address it. **Food and Nutrition Paper** (FAO), United Kingdom, n.83, p. 82-97, 2004.

SILVA, G. A. P.; BALABAN, G.; MOTTA, M. E. F. A. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de diferentes condições socioeconômicas. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 5 (1): 53-59, jan. / mar., 2005.

VAN STRALEN, Cornelis Johannes et al. **Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2006, vol.11, n.3, pp. 621-632. ISSN 1413-8123.

VIUNISKI, N. Obesidade em adultos, um desafio pediátrico? **Nutrição Brasil.** São Paulo. Ano XIII n.74. p.9-10. Set/out. 2005.

WEBER, M. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais.** São Paulo: Centauro, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Ministério da Saúde/FIOCRUZ. **Promoção da Saúde:** Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, pp. 11-18. In. 1986.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde/FIOCRUZ. **Promoção da Saúde:** Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, pp. 19-30. 1988.

## APÊNDICE A - Quadros

Quadro 1 – Dados econômicos

	Escola 1		Escola 2	
Sozinho	0	0%	0	0%
Pais	6	31,50%	7	33%
Pais e irmãos	13	68,40%	13	61,90%
Amigxs	0	0%	0	0%
Companhreinhs	0	0%	0	0,00%
Outros:	0	0%	1	4,70%
Sim	9	47,30%	6	28,50%
Não	11	57,80%	13	61,90%
Sim	7	36,80%	2	9,50%
Não	2	10,50%	6	28,50%
Sem escolaridade	0	0%	2	9,50%
Ensino Fundamental	1	5,20%	6	28,50%
Ensino Médio	8	42,20%	3	14,20%
Ensino Superior	12	63,10%	3	14,20%
Não informado	1	5,20%	7	33,30%
Sem escolaridade	0	0%	2	9,50%
Ensino Fundamental	0	0%	1	4,70%
Ensino Médio	9	47,30%	9	42,80%
Ensino Superior	14	73,60%	2	9,50%
Não informado	1	5,20%	7	33,30%
	21 alunos	100%	19 alunos	100%

Fonte: Bordinhão (2014).

Quadro 2 – Hábitos Alimentares Gerais

		Escola 1		Escola 2	
Bebe Refrigerante					
	Nunca	5	26,30 %	2	9,50 %
	1 ou 2x semana	7	36,80 %	12	57,10 %
	3 a 5x semana	6	31,50 %	4	19%
	Sempre	1	5,20 %	2	9,50 %
Troca Refeições por lanches					
	Nunca	1	5,20 %	6	28,50 %
	1 ou 2x semana	11	57,80 %	9	42,80 %
	3 a 5x semana	5	26,30 %	1	4,70 %
	Sempre	2	10,50 %	0	0,00 %
Consumo Doces / Salgadinhos					
	Nunca	0	0,00 %	1	4,70 %
	1 ou 2x semana	7	36,80 %	11	52,30 %
	3 a 5x semana	6	31,50 %	6	28,50 %
	Sempre	2	10,50 %	0	0,00 %
Consumo Legumes e frutas					
	Nunca	0	0,00 %	1	4,70 %
	1 ou 2x semana	7	36,80 %	11	52,30 %
	3 a 5x semana	6	31,50 %	6	28,50 %

	Sempre	6	31,50 %	0	0,00 %
Critérios para i consumo					
	Praticidade	3	15,70 %	1	4,70 %
	Preço	7	36,80 %	8	38,00 %
	Sabor	15	78,90 %	16	76,10 %
	Ingredientes	6	31,50 %	4	19%
	Saúde	7	36,80 %	9	42,80 %
	Caloria	3	15,70 %	3	14,20 %
	Outros	0	0,00 %	0	0,00 %
Total		19 alunos	100,0 0%	20 alunos	100,0 0%

Fonte: Bordinhão (2014).

### Quadro 3 – Hábitos Com a Família

Principais Re-feições		Escola 1		Escola 2	
	Reunido com a família	18	94,70 %	16	76,10 %
	Tc ou PC	5	26,30 %	9	42,80 %
	Sozinho	5	26,30 %	1	4,70%
	Restaurantes / Bares	5	26,30 %	2	9,50%
Preparo das Refeições					
	Alguém cozinha	17	89,40 %	20	95,20 %
	Comida Congelada	5	26,30 %	1	4,70%
	Tele Entrega	4	21,00	4	0,00%

			%		
Quantidade que come					
	Excessivamente	1	5,20%	0	0,00%
	Muito	2	10,50%	6	28,50%
	Normal	14	73,60%	15	71,40%
	Pouco	2	10,50%	0	0,00%
	Muito Pouco	0	0,00%	0	0,00%
Total		19 alunos	100,00%	21 alunos	100,00%

Fonte: Bordinhão (2014).

#### Quadro 4 – Alimentação na Escola

		Escola 1		Escola 2	
Faz uso da alimentação escolar					
	Sim	17	89,40%	13	61,90%
	Não	2	10,50%	8	38%
Gosta dos Alimentos servidos					
	Sim	7	36,80%	8	38%
	Não	11	57,80%	11	52,11%
Mudaria algo na Alimentação					
	Sim	14	73,60%	12	57,10%
	Não	4	21,00%	8	38%
Horário Satisfatório					
	Sim	17	89,40%	11	52,30%
	Não	2	10,50%	7	33,30%
Total		19	100%	21	100%

Fonte: Bordinhão (2014).

## APÊNDICE B – Entrevista escola 1

Entrevista realizada no dia 27 de novembro de 2014, as 9:30 dentro da sala da direção.

Entrevistado 1 (E1) = vice-diretor (formação = história)

Entrevistada 2 (E2) = diretora (formação = artes visuais)

P = Pesquisadora

E1: Os alunos são muito influenciados pelo comércio. E aí o que acontece? Rejeitam esse trabalho da alimentação saudável por conta dessa influência da mídia. Eles entram com refrigerantes, o que não pode, e ainda resistem.

P: Eu tive bastante dessas respostas no questionário. Legal que essa foi a primeira colocação, por que é uma das minhas perguntas. Como é possível pensar em alimentação saudável por trás desse consumo que nas propagandas é muito forte e muito influente? E também quanto ao estilo de vida deles.

E2: É difícil! Eles (o PNAE) tem um programa que ao mesmo tempo é uma parceria para conscientizar para a vida saudável. Como eles não estão acostumados há uma resistência.

E1: Mas isso é só pro ensino fundamental. O ensino médio não é atingido por essa atividade.

P: E há algum incentivo da própria escola? Como é feito as compras, a divisão de tarefas, são as merendeiras? É possível seguir a risca o cardápio imposto pela Secretaria de Educação (SED)?

E2: Não! As refeições não são feitas aqui, elas são contratadas por uma empresa, a gente cede a cozinha e o refeitório, mas não interferimos em nada.

[Intervenção: Momento com muitos ruídos, prejudicou a transcrição. Lembro de ter me surpreendido com a terceirização do serviço de alimentação escolar. A E2 me disse que a empresa contratada pelo Estado para fazer as refeições é a Risotolândia.

P: O Programa (PNAE) fala muito em dar autonomia à escola. Então vocês nem sabem que tipo de produto vem da agricultura familiar ou não?

E2: É a gente não tem a certeza que realmente vem da agricultura familiar, mas era pra ser...

P: Pois é, por que o FNDE diz que se o custo dos produtos da Agricultura Familiar estiver muito acima da média de mercado, pode comprar de outros produtores.

E2: Assim, eles fazem o cardápio também de acordo com a safra, se em determinado período dá mais tomate, eles incrementam isso no cardápio. Assim acontece com a laranja, o mamão, e vai variando. Tudo depende do que a estação pode oferecer.

E1: Mas essas questões quem trata é a empresa, né?!

E2: Eles mandam a estimativa dizendo “ó, troquei este cardápio” se justificam, e a gente entende. Eu já fui conselheira do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), e a autogestão é algo que é dado bastante importância. Parece que tem 4 só municípios que as escolas estaduais tem autonomia.

P: Como vocês enxergam aqui na escola a adesão deles a merenda. Na minha pesquisa feita em agosto, apenas 60% dos alunos afirmaram fazer uso do benefício. Mas os que aderem a refeição, como vocês têm esse feedback?

E1: Tem uma coisa que a gente não pode lutar contra, que é os costumes deles em casa. Já peguei casos de os alunos trazerem garrafa pet de refrigerante escondido dentro da mochila, eles não podem consumir essas coisas aqui dentro, mas dão um jeito. Tem uma banca logo ali ao lado com tudo que é doce, não temos como impedir que eles comprem, é fora da escola. Quando é almoço, eles reclamam mais, por que o intervalo é as 10h e muitos saem daqui e vão almoçar em casa, a não ser o caso dos alunos que não podem fazer isso. Mas quando é lanche, eles adoram, eles repetem. Mas mesmo assim tem que lidar com o cardápio, que inclui o que eles chamam de “refeição salgada”.



E2: Eles tentam variar, tem dias que tem biscoito e nescau, no outro dia tem almoço e não tem suco. Como eles estão acostumados a tomar o líquido junto eles sentem essa diferença. Mas eu acho assim, esse incentivo, não tem por parte da empresa. “Ah hoje vamos...” sei lá, “pessoal vamos ter uma alimentação saudável”. Poderia pelo menos a nutricionista estar lá dentro, né, pra conversar com os alunos. Não tem esse feedback sabe, não tem mesmo.

E1: A escola tem que dar o suporte e a estrutura para os alunos que...

E2: Mas eles reclamam.

E1: Mas reclamam para a escola. Alguém da empresa eles não tem acesso.

E2: A empresa vem 2 vezes por semana para dar um suporte, mas eles não estão lá na hora do lanche.

E1: É eles deveriam acompanhar, pra ter esse feedback.

E2: Teve uma época que eles davam um biscoito muito duro, dava até para quebrar um dente (rs).

E1: Pois é, a gente reclamou, mas eles não recolheram na hora. A maioria teve que esperar acabar para que outra coisa substituísse. Era um biscoito tipo “bolacha maria” só que de baixa qualidade. Esse feedback deveria servir para a empresa melhorar e até mesmo sugerir algumas mudanças a serem feitas no cardápio, feito segundo esse acompanhamento.

P: Como tem essa diferença de quando tem lanche eles aderem melhor e quando tem almoço eles rejeitam mais, tem vezes que falta refeição para alguns.

E2: Ah sim, dia de sanduíche, que é frango desfiado ou pão com carne moída, eles comem e querem repetir mais, eles adoram.

P: Mas não chega a faltar?

E2: Falta.

E1: Falta até isso é uma reclamação que a gente tem passado pra eles, esses dias faltou refeição para 5 alunos, e isso não pode acontecer.

P: E não tem como diminuir esses almoços?

E1: É, mas daí, vem o cardápio, e eles tem que seguir, essas “refeições salgadas” tem que estar inclusas também. Eles precisam é perceber essa preferência que os alunos tem pelo lanche.

P: Então, tem alguma proposta que eles fazem com os nutricionistas, são viáveis com a alimentação saudável e a necessidade da escola? Digo, vocês acham a proposta compatível com o que os alunos vivenciam na realidade?

E1: Sim. Mas é claro que esses feedbacks não podem ser ignorados, né?! Tem que haver uma solução.

P: Tem algum projeto de devolver a autonomia às escolas? Desde quando começou a ser terceirizado esse serviço?

E1: Nós temos um contrato agora de mais 5 anos.

P: Quando que a escola parou de produzir as refeições?

E2: Acho que desde 2003. Ana, você era aluna, lembra?

P: Saí da escola em 2003 e ainda era produzido pela própria escola.

E2: Então foi a partir de 2004 ou 2005. Mas não só pela questão da alimentação, por outros motivos também. Quando entra um órgão, algo privado na escola tem que fazer licitação.

E1: Mas assim ó, Ana, é uma coisa basicamente cultural. A gente não pode forçar eles a entender. Cada escola tem um jeito de lidar.

E2: Mas isso é um hábito, né?! Tem que ser mudado, tem que ser feito um trabalho desde o ensino fundamental, que trabalhe com a criança. Tem que levar no refeitório, tem que mostrar os recursos, as frutas, os legumes, explicar por que é importante. Mas não se faz esse tipo de trabalho, por mais que a gente tente fazer algo diferente, o cardápio já vem pronto... Tem que algum professor lançar ou abraçar um projeto.

P: Então não tem nenhuma maneira de fazer essa promoção? Por que o programa é lindo, mas colocar em prática esses novos hábitos é que é o grande desafio. Nenhuma iniciativa do governo ou privada promove saúde dentro da escola?

E2: Teve tipo a vacinação contra o HPV, que o pessoal do posto veio na escola e vacinou os alunos. Mas de qualquer forma, eles vieram e deram a primeira dose, depois não vieram mais. Deveriam ter alertado as alunas para tomarem a segunda dose também, tem que conscientizar. Tem alunos que passam o dia fora, que trabalham, tem alguns até que chegam aqui com coca-cola, salgado frito, tem que tem uma conscientização pra isso. A escola tem que ajudar, mas tem que ter um projeto que conscientize isso. Nós precisamos acordar pra isso.

P: De iniciativa privada, não tem nenhuma intervenção? Como antigamente tinham bastante de saúde bucal que clínicas promoviam. Tem alguém no momento fazendo qualquer tipo de promoção de saúde, não só alimentar?

E2: Tem, a gente trás pessoas pra dar palestras, leva e trás quando a palestra é fora. [um período não pode ser transcrito por interferência de barulhos na sala]. Mas na questão de saúde bucal, pra te dar um exemplo, eles sempre vêm com um viés comercial, as vezes até vem e conscientizam os alunos, mas no final passam cartãozinho pedindo para o aluno comparecer. Isso não pode, é um espaço escolar, não pode fazer comércio. Tem bastante disso, então tem que ser bem criterioso.

P: Em agosto quando eu vim aqui, estava tendo a “semana da arte”, já houve projetos para promover outras áreas?

E2: Já teve vários, tipo de enfermeiras, vieram a noite e pesaram vários estudantes. Teve alguns momentos que até falaram do assunto com o aluno, alertaram quanto a quantidade de açúcar e sal nos alimentos, isso eles fizeram. Eles (os alunos) ficaram bastante assim bastante assustados com os resultados. Foi bem legal. Tem promoção de outros encontros que acontecem dentro da escola, mas se baseia a palestras. Na sala de aula.

P: Quais as principais dificuldades para colocar em prática o programa? O que sobra, o que falta, como é feito?

E2: Nós temos um projeto de reforço, por exemplo, se o aluno está com dificuldade em matemática, ele vem num turno diferente da aula dele e repõe aulas. Aí esse aluno recebe além da merenda da escola, um almoço. Como varia de semana para semana quantos alunos vêm, uma semana se inscrevem 15 alunos, e vem 5, na outra vem 10, então como varia muito, nunca tem uma quantidade certa. Numa semana falta, em outra sobra, até ajustar essa média de consumo por mês...

P: E é uma média geral também, né?! Não leva em conta as circunstâncias, como o exemplo de eles preferirem lanches, informar que eles não gostam muito de almoçar, se não tem como adequar a proposta.

E2: Isso a gente já fez muito. O que a gente consegue negociar é, tipo semana que vem vai ter passeio, então a gente pede pra trocar nesses dias o almoço por lanche, daí tudo bem, eles fazem a troca, mas a refeição que foi trocada, tem que ser “reposta” na próxima semana. Não da pra fugir muito da regra.

P: Então a questão da habituação do programa não se encaixa muito, de levar em conta as particularidades de cada escola, respeitando o meio cultural, que cada escola possa modificar para adequar o cardápio a demanda. Cada escola é diferente, por isso a importância da autonomia.

E2: No caso elas fazem planejamento quinzenal. Se tu tentar falar “ah, eles não gostaram disso”, não justifica, por que é tudo padronizado pra fazer com que a empresa compre.

P: Essa empresa distribui pra toda cidade?

E2: No caso é o Estado que faz o cardápio. Elas (as nutricionistas) testam, estudam pra montar aquele cardápio, e não tem como a gente mexer. Não tem como substituir produtos .

P: Caso a escola tivesse autonomia para tomar esse tipo de decisão, o que vocês considerariam alimentação saudável frente ao cenário do XXXX (nome da escola)? E também, se vêm a atribuição da agricultura familiar como um ponto positivo.

E2: É importante a agricultura familiar por que é um incentivo aos agricultores da região. Também por que alguns são livres de agrotóxicos. Só que tem pontos negativos, que é a oferta irregular. Eles não são GRA-

ANDES produtores, então não tem como contar 100% com esse serviço, nem a qualidade, as lavouras podem sofrer danos. A escola... a empresa tem costume de usar. Mas teve uma vez que eles mandaram uma maçã, sabe, queimada, cheia de manchinhas e buraco dos bichinhos. A gente não tinha a autonomia de estar recusando essas frutas, mas eu liguei e reclamei. É essa a autonomia (rs).

P: Bem caricata!

E2: É autonomia para estar mudando algumas coisas, mas já estão padronizadas. Da pra mudar a ordem, mas não pra alterar o cardápio. Acho até que com essa tua pesquisa, tu poderias dar esse relato pra SED, porque é importante saber como isso vem sido percebido pelas escolas. Seria bem bacana tu dar esse resultado.

P: O conselho (CAE) tem influência para que?

E2: O conselho faz esse controle da qualidade e do consumo, a fiscalização nas empresas q distribuem as refeições, questões de higiene, tem esses compromissos.

P: Qual a periodicidade dos encontros:

E2: 2 vezes por mês.

P: Então vocês tem um contato bem próximo com quem toma as decisões. Quem mais aqui da escola participa do conselho?

E2: Ninguém, eu não estou mais, saí ano passado.

P: É obrigatório ter um representante de cada escola?

E2: Não, vai quem quer, é voluntário. Inclusive é aberto para a comunidade, pra quem quiser participar. É importante a fiscalização, e é de interesse de toda a sociedade.

P: Sim, e uma forma de participação nas decisões políticas.

E2: O CAE fiscaliza as cozinhas, porque antes não era tão bom.

P: Essas terceirizadas?

E2: Nossa! Higiene... Tanto que esse contrato foi cancelado, pelos problemas que tinha. Era uma coisa horrorosa a falta de higiene das primeiras empresas, as cozinheiras não usavam uniforme... Usava-se copo de plástico, que não pode, essas canecas, tem que ser de vidro, faltava talher, as crianças comiam com colheres só as vezes. Era de chorar, até ratos nas cozinhas já foi encontrado. Tinha cozinhas que eram um caos, então o CAE serve para isso, ele recebe denúncia, vai na escola, fiscaliza, faz o controle e envia para a SED. As coisas melhoraram graças a fiscalização do CAE. Houve essa melhora devido as denúncias.

P: O E1 me disse que a empresa tem mais 5 anos de contrato. Não tem nenhuma iniciativa de devolver a alimentação escolar para a escola?

E2: Por enquanto não, mas tem várias licitações, está sendo bem controlado, eles não podem descumprir nenhuma regra. E o que vai mudar é o acesso dos alunos quanto a alimentação, eles não vão agora só poder repetir 1 vez, eles vão poder consumir o necessário.

P: E quanto voltar a autonomia à escola?

E2: A tendência é fazer a autogestão, porém é muita atribuição pra gente. Nós estamos sozinhos bem dizer, falta pessoal, falta coordenador educacional, tinha supervisor...

P: Então teria que ter investimentos nesse lado também, talvez até maiores?

E2: Seria mais uma atribuição pra gente.

E1: É difícil, quem hoje faria essa seleção do hortifruti? Quem... Não é simples, não é como colocar uma pessoa num balcão para atender. Nós temos hoje 200 alunos, e entre 100 e 150 fazem uso desse recurso. Essa metade tem que ser levada em conta, eles precisam . E tem que ser atendido as exigências, eles preferem lanches, não querem parar e comer, querem comer enquanto brincam no intervalo. É um trabalho constante.

P: Entre os professores e as disciplinas, tem alguma intenção de se usar o tema da saúde dentro da sala de aula? Eu trabalho numa escola particular, que obviamente não se pode comparar, mas há coisas simples a se fazer. Um exemplo é a professora de inglês que as vezes marca aulas na cozinha para falar sobre os alimentos, o preparo, etc.

E1: É, a conscientização deveria acontecer dentro da sala de aula. Mas ainda não é uma coisa amarrada com os conteúdos das aulas.

E2: Pois é, e não era difícil. O professor de ciências e até de educação física poderiam fazer. A gente tenta, até da ideia, como foi sugerido que o professor de educação física levasse os alunos para fazerem caminhadas na Beira-mar, já que estamos tão perto, mas ele não quis. Teve outros programas como o da pesagem, mas que não teve continuidade.

P: O programa da pesagem foi iniciativa de quem?

E2: Do posto de saúde, do programa Saúde na Escola.

P: E o CAE, não achou grave o número de alunos que não aderem ao recurso da alimentação para propor uma mudança? De repente trazer um nutricionista pra dentro da escola.

E2: Os nutricionistas não vêm aqui. Eles nos dão feedback quanto a cardápios especiais, para alunos diabéticos, com alguma intolerância, só. Poderia ter um acompanhamento mais sério do programa da pesagem, nós temos um aluno obeso, com mais de 130 kg, e não recebe orientação quanto a isso.

E1: Eles, vêm, fazem o trabalho, mas o resultado fica só pra eles, pras estatísticas deles, não tem nenhum retorno para a escola, nenhum acompanhamento.

E2: Você pode divulgar o seu trabalho e ajudar a promover, é uma boa iniciativa.

P: Vou tentar divulgar nos meios acadêmicos, acredito que vou ter um resultado bem legal para poder abordar essa dificuldade.

E1: Sociologia é comportamento, é importante que seja analisado por este ponto de vista. E não só na mídia, nesses programas da saúde. A escola hoje está sensível a este tipo de estudo.





### APÊNDICE C – Entrevista escola 3

Entrevista realizada no dia 28 de novembro de 2014, as 13:40 dentro da sala da direção.

Entrevistada 3 (E3) = Diretora

P = Pesquisadora

E3: Você sabe que as refeições são terceirizadas?

P: Sei sim, na E2 já me foi informado pela diretora. Vocês usam a mesma empresa, a Risotolândia?

E3: Sim, foram eles que ganharam a licitação. E a única nutricionista que nós temos contato, é a nutricionista da empresa. Temos também contato com o pessoal da SED, que tem nutricionista também, só que o contato nosso mais direto é com a nutricionista da Risotolândia. A SED vem fazer fiscalização, se eu tiver alguma dificuldade, eu entro em contato direto com a SED. Por exemplo, uns anos atrás eu fiz um relatório das condições de higiene da cozinha. Aí encaminhei pra SED todo esse relatório, com fotografias, e logo eles fizeram uma ação em cima que melhorou. Né?! Então sempre que aparece um problema, eu envio para frente, pra gerência de educação.

P: Tem alguém aqui na escola que faça parte do CAE?

E3: Não, nunca teve. Aqui na escola a gente tem um projeto que chama “Alimentação Saudável”, que as professoras de primeiro à quinto ano, que as professoras incentivam os alunos a comerem a merenda escolar. Falam da questão da nutrição, dos nutrientes... Só que assim ó, é muito difícil as vezes eles aceitarem essa merenda, eles não gostam da refeição salgada, a manhã e a tarde preferem lanche.

P: É difícil a aceitação da refeição tipo almoço, né?!

E3: É, a gente chama de refeição salgada. Então, por exemplo, o lanche de pão de cachorro-quente, com frango desfiado ou carne moída, isso sai que é uma beleza. É a nossa maior refeição servida. E eu faço o controle aqui da escola, né?! Eu experimento essa comida. Aí peguei coisas que assim, comida sem sal, faltando tempero. Aí como eu que faço essa

fiscalização da merenda da escola, aí melhora a qualidade. Por que eu que fiscalizo.

P: E o feedback vai direto pra SED?

E3: Eu falo muito com a nutricionista, quando não se resolve eu vou pra SED. Mas assim, uns 3 meses atrás estavam oferecendo um lanche, que era uma bolacha extremamente dura.

P: Fiquei sabendo dessa bolacha (rs). Vocês conseguiram devolver ou eles deixaram acabar?

E3: Não, eu devolvi, eles trocaram. Foi aí que entrei em contato com a Escola 2, eu disse, “vocês já experimentaram a bolacha?” e eles “aquela bolacha?” (rs). Eu acho importante ter essa parceria entre as escolas, a nossa escola e a Escola 2, troca muita figurinha. Acho que uma vez eu botei uma observação que numa refeição estava faltando quatro itens. Pelo menos um ou dois produtos, sempre falta.

P: Os alunos reclamam e participam? Pedem as preferências deles? Já faltou refeição para aluno quando são esses itens que eles gostam mais?

E3: Um dia só faltou, acho que para uns 5 alunos. Aí deram leite com bolachas. Agora eles já mandam um número maior quando é lanche.

P: Então já é sabido deles que o lanche é preferência, e daí mandam uma quantidade maior?

E3: Sim.

P: Tens alguma estimativa de como que é a recepção deles a alimentação escolar aqui? Por que de primeira a quinta série eles recebem essa educação para alimentação saudável. Tem alguma diferença dos alunos de primeira a quinta pro restante desta aceitação?

E3: Não sei te responder. Eu acho fica quase meio a meio, por que tem muita gente do fundamental 2 que come bem a merenda. Já a noite, nós temos uma faixa de 50, 60 alunos, e uns 30 pelo menos consomem, por que eles vem de um dia de trabalho. Esses alunos adoram a janta, então eu penso que a aceitação é boa sim, é na faixa de 60 a 100 e poucas

merendas servidas. Eu tenho uma média de 200 alunos, então é a metade, mais ou menos. Sem contar que muitos trazem lanche de casa.

P: Tem itens que eles não podem trazer para a escolar?

E3: A gente faz uma orientação, para que essa coisa do saudável fique legal. As professoras fazem orientação, de não trazer refrigerante, não trazer salgadinhos... A coisa da alimentação saudável mesmo. Mas é difícil, porque a cultura do pronto, do enlatado, das refeições rápidas... Por mais que tu fale... Por que eu falo sempre em reuniões de pais, né?! Que eu experimento, que as crianças vêm que eu faço isso, porque os professores não podem comer, a merenda é só pros estudantes, mas eu tenho autorização de experimentar e eu gosto de experimentar. As vezes eu provo e vou lá agitar “Ó gente, a comida ta muito boa hoje”, tem que fazer esse papel assim, né?! Mas apesar de eu falar para os pais em reunião que eu experimento, que quando a qualidade não ta boa eu reclamo, mas eu sinto que muitos pais ainda não confiam.

P: Nossa! Tens ideia do por quê?

E3: Não sei se é porque eles acostumaram os filhos com esses lanchezinhos mesmo, ou alguns acham que comida a tarde, comida salgada, não é pertinente. Só que eu não posso te dar uma exatidão porque eu não fiz uma pesquisa ou coisa do tipo, é o que eu sinto nas reuniões, que eles se sentem mais seguros de mandar a merenda pro filho.

P: Que estranho. E tem alguma campanha que vocês façam que traga o nutricionista pra escola, pra poder falar com os alunos, fazer palestras... Até não só pra divulgar a saúde alimentar, mas saúde em geral e bons hábitos?

E3: Assim, eu tenho que fazer uma ponte com a XXX (nome da profissional) que é a nutricionista, já pedi para ela dar uma palestra, mas ela esqueceu, já pedi pra ela vir fazer intervenção com os alunos, e também esqueceu.

P: Nutricionista da SED?

E3: Não, da Risotolândia. Fica complicado. Já chamei a atenção dela, por que uma vez faltou uma professora um mês, e eu pedi pra ela ocupar algum desses espaços, seria interessante esse trabalho. Que nem o con-

curso de redação, poucas escolas participaram, mas teve que ter incentivo pros alunos. Graças a Deus, eu tenho merendeiras muito boas, é bem tranquilo.

P: A relação que vocês tem com as cozinheiras que vem lá da Risotolândia...

E3: É bem boa. E quando não é, eu entro em contato com elas e exijo qualidade.

P: E a escola tem alguma autonomia pra fazer alguma mudança no cardápio?

E3: Não! Eu não tenho essa autonomia, mas eu posso trocar o cardápio da semana, por exemplo, trocar o que tem na segunda pelo o que tem na sexta, na quinta.... Fazer uma troca. Se hoje deu uma chuva forte, e elas se atrasaram, não começaram a fazer ainda, e vem um pingão de alunos, aí eu digo pra fazer o lanche mais simples. De manhã, o salgado é bem recebido, por que tem crianças que almoçam aqui e vão para projetos. O lanche, a merenda deles, vira um almoço.

P: Tem ensino integral aqui?

E3: Não.

P: Tem em média quantos alunos aqui na escola?

E3: Em torno de 400 e trinta. A metade da Escola 2.

P: Quais as principais dificuldades de colocar essa proposta de alimentação em prática para estes alunos?

E3: Como?

P: A proposta do PNAE, que é uma proposta bonita, que sugere uma alimentação rica em nutrientes diferenciados, frutas e legumes, o incentivo a agricultura familiar...

E3: Assim, o quadro todo eu não acho ruim não. Tem lanches que são muito bem elaborados. A minha grande preocupação é o horário, por

que, a noite, dia de lanche não é muito aceitado, por que eles vêm com fome.

P: Ele não é adequado a todas as faixas etárias?

E3: Até a gente em reunião, os diretores chamaram e perguntaram se havia a possibilidade de ter um cardápio para a manhã, a tarde outro, a noite outro, por que os alunos têm necessidades diferentes. A princípio não da pra fazer assim, tem que ser igual para todos.

P: Desde quando foi terceirizado o serviço de merenda aqui na escola?

E3: Acho que tem uns 6 ou 5 anos.

P: A licitação com a Risotolândia tem mais 5 anos com vocês também?

E3: Não sei quanto tempo eles vão ficar aí, Não faço ideia. A licitação não chega na minha mão, isso é da SED, né?!

P: Eu conversei com a diretora da Escola 2, e ela disse que no estado todo, só tem quatro municípios que as escolas estaduais têm autonomia da alimentação escolar, até por que essa é uma das propostas do PNAE. Tem algum projeto que vise devolver a autonomia da merenda escolar para a escola?

E3: Nós não temos projeto nenhum, mas nós gostaríamos que fosse pela Associação de Pais e Professores (APP) como era antes. Eu to nessa escola há 13 anos, eu avalio que quando a gente tinha pela APP, a alimentação era de melhor qualidade.

P: Era financiado pela APP?

E3: Vinha uma verba do governo colocada na conta da APP e a gente administrava. Eu me lembro que as últimas merendas vinha até de produtos orgânicos.

P: Do Programa de “merenda orgânica”?

E3: Sim. Foi a era, desde quando eu estou aqui, de melhor alimentação. Aí depois que terceirizou a gente ficou responsável pela fiscalização. Só que, a cozinha é da escola, mas não é...

P: No seu ponto de vista, devolver a autonomia para a escola seria o melhor?

E3: Sim.

P: Quem cuidava da organização, das compras?

E3: A APP.

P: Os voluntários da APP?

E3: A APP junto com a direção. Tinha uma verba da APP e nós fazíamos a compra também. Ai tinha um convênio, que não era eu a responsável na época, que o pessoal que tinha horta, plantava e produzia produtos orgânicos. Tudo era natural.

P: Tinha incentivo a agricultura familiar?

E3: Sim, sim.

P: Em algumas escolas eu tive reclamações dos alunos, falando que eles não gostam muito das frutas e legumes que são servidos, por que as vezes não tem um bom aspecto, que as vezes está meio murcho... O que pode caracterizar a agricultura familiar, eles não tem total controle das lavouras.

E3: Mas assim ó Ana, aqui não tem nada da agricultura familiar que chega.

P: Não tem frutas e legumes?

E3: Não. Tem bastante, mas eu acho de péssima qualidade. Exemplo, a maçã tem que ter 90g, mas vem uma maçãzinha desse tamanho (aponta com o dedo o tamanho). Pela lógica, tinha que ser duas maçãs por criança. Nisso aí a gente pega muito no pé da empresa. Não posso falar que é excelente, mas é satisfatório, poderia ser bem melhor.

P: Os alunos fazem muitas críticas ao que é servido? Eles vêm dar feedback?

E3: Vem... Inclusive quando elas não servem bem, os maiores “ah, a tiazinha não quis servir direito aqui... demorou...”. Uma vez a merendeira queria ela servir, e aí demora...

P: Imagino, eles tem 15 ou 20 minutos pra comer.

E3: 15 minutos. Aí eles se juntaram e fizeram um abaixo assinado. Tudo que eu tenho pedido pras minhas meninas elas fazem, tentam fazer o melhor, das críticas que eu faço em cima da qualidade, elas aceitam numa boa.

P: Quem que faz a fiscalização da qualidade?

E3: Sou eu.

P: Mas não vêm ninguém da SED ou do CAE?

E3: Ah, eles vêm, a SED, eles fazem relatório, do que é a nossa parte e o que é parte da empresa.

P: O CAE não veio nunca fazer a fiscalização?

E3: Não sei, Ana. Até porque nem sei o que é isso.

P: É o conselho de alimentação escolar, ele é aberto a comunidade, já foi coordenado pela professora Janaína das Neves, coordenadora do curso de nutrição da UFSC hoje.

E3: Eu desconheço, nunca teve intervenção aqui. Eu cuido disso (merenda escolar) há uns dois anos, antes era a minha assessora. Nesses 2 anos, eu não vi ninguém do CAE.

P: Provavelmente porque não tem ninguém daqui vinculado. A diretora da Escola 2 participava e disse que tinha resultados muito bons. Que o CAE fazia denúncias pois tinha muitos problemas de higiene na cozinha.

E3: Olha, tinha mesmo. Eu fiz um relatório bem grande, com fotografias da cozinha, os alimentos servidos, frutas apodrecendo dentro da geladeira... Tinha coisas que aconteciam que até Deus duvida. Aí fiz um relatório, por que não adiantava reclamar pra empresa, que não era a Risoto-

lândia, era outra. Eu fui obrigada a fazer esse relatório, e foi assim que eu entrei como diretora, eu era assessora e não era responsável pela alimentação. E aí quando eu entrei na direção geral ainda era horrível, agora melhorou bastante.

P: Como falaste que a última gestão da escola a alimentação era muito boa, tu consideras que o que é servido hoje é de boa qualidade?

E3: Sim, mas era melhor quando era da escola. Era muito diferente aqui na escola.

P: Em questão de saídas de campo, para assistir palestras, ver plantações, aspectos alternativos de ensino, tem algum programa ou incentivo?

E3: Não.



## **APÊNDICE D – Entrevista nutricionista PNAE**

Realizada no dia 03 de dezembro de 2014, as 14:00 na sala da professora no CCS.

Entrevistada 4 (E4) = Nutricionista

P = Pesquisadora

P: Queria saber um pouco do seu trabalho dentro do CECANE, dentro do programa (PNAE).

E4: No CECANE eu estive envolvida em dois momentos, o primeiro foi de 2007 a 2009 que eu era coordenadora de extensão. A gente estava mais envolvida com a pré-escola, atuando nas escolas, voltadas à alimentação saudável e nutricional. Agora recentemente, há um ano, eu retornei no CECANE como subcoordenadora de pesquisa, e a pesquisa que a gente tem no CECANE está relacionada à aquisição dos alimentos orgânicos para a alimentação escolar.

P: E como que é feita a intervenção de vocês nas escolas sendo que no meio tem a interferência de uma empresa privada?

E4: A alimentação escolar pode estar numa escola de ensino municipal e numa escola de ensino estadual ou federal. As instituições estaduais a atuação do nutricionista é terceirizada, e no resto não, então difere bastante de uma escola municipal, mesmo que sejam no mesmo município, de Florianópolis.

P: O envolvimento do CECANE é maior então com as escolas municipais por que a atuação de vocês pode ser direta?

E4: A parte específica agora da parte de extensão de pesquisa a gente realiza, é um senso, que vai para todos os municípios brasileiros. Este ano a gente fez uma segunda pesquisa que foram para todas as secretarias estaduais, pra ver também a gestão da alimentação estadual no Brasil. Ainda estamos em processo de tabulação de dados, então não tenho nenhum resultado pra te dar.

P: Tens uma deia de como foi a aceitação dos alunos a alimentação escolar desde quando foi implementada a lei, quando foi privatizado o serviço? Não sei se é o foco de vocês essa percepção.

E4: Não, o que a gente sabe é mais na nossa atuação, por exemplo, no estágio supervisionado, por que a gente atua em escolas, e também por que no curso a gente tem reuniões, 5 reuniões anuais, que é de integração ensino/serviço, então a gente recebe também representantes do departamento de alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Saúde... Educação. Então as vezes acontece de surgir como ponto de pauta esse assunto, mas assim, eu particularmente não fiz parte de nenhuma investigação.

P: A pesquisa que eu fiz anteriormente, claro que não foi muito ampla, mas focava na questão da aceitabilidade da alimentação escolar e a classe social, então eu peguei uma escola federal, que os alunos tem um nível de capital cultural bem mais elevado, são na maioria filhos de professores e servidores da UFSC, e uma escola do maciço do Morro da Cruz, que atende na maioria comunidades. O mesmo questionário foi aplicado nas duas escolas, na federal teve uma aceitação de 80% dos alunos a adesão da alimentação escolar, por mais que eles fizessem críticas aos alimentos, que as vezes não tinha um aspecto muito bom, que as frutas nem sempre estavam no melhor estado. Já na estadual, a aceitação foi de 60%, e muitos alunos afirmaram que não gostam do que era servido, na parte que perguntava o que eles levam em conta ao escolher o alimento, poucos assinalaram a opção “saúde” e a grande maioria assinalou “gosto”, que se eles pudessem mudariam a refeição por cachorro-quente ou qualquer coisa mais gostosa e mais fácil de comer, e também não achavam viável o almoço, enquanto refeição salgada dentro da escola. Por mais que na escola federal eles tivessem essa crítica quanto a qualidade do alimento, muitos marcavam que tinham noção de que era necessário e que aquilo fazia bem pra eles. Dito isso, esses estágios que o curso faz, eles criam algum tipo de intervenção nas escolas.

E4: A nossa intervenção está mais atrelada a secretaria municipal de educação. Então a gente vai na escola que a gente está atuando, que é a XXXX em Sato Antônio de Lisboa. E agora nos outros 3 locais de estágio, os professores estão orientando trabalho nas creches ou núcleo de educação infantil, do município. Com relação à escola que a gente tem atuado, os nossos estudantes na XXXXX estão trabalhando com a alimentação adequada e nutricional, e a gente tenta trabalhar num plano

mais ampliado, já que no ano de 2012 surgiu um novo marco oferecendo a educação nutricional, mostrando a importância de trabalhar a questão ampliada do alimento, desde a questão da agricultura familiar, até a questão da safra, como esse alimento é produzido, como que ele chega na escola. E o próprio conceito de educação alimentar saudável é diferente do nutricional, a educação nutricional leva em consideração muitos outros aspectos, além do nutriente, por exemplo. Então na escola XXXX nós estamos trabalhando com as crianças, nós iniciamos falando pra eles desde a origem do alimento até como ele faz para chegar a mesa, e que tipo de alimento é esse, se tem contaminação, se tem agrotóxico. Agora a gente está trabalhando inclusive uma questão que a escola solicitou, de uma parte específica da alimentação, que é o atum, que é o peixe que tem na educação escolar atualmente.

P: Não sei se eu entendi direito, mas pelo visto, vocês não tem muita abertura para entrar nas escolas estaduais justamente por causa deste serviço terceirizado?

E4: Não, por que a nossa parceria é mesmo com a Secretaria Municipal de Educação. Então quando a gente atua nas escolas, é por conta desse convênio.

P: Tem algum projeto do curso para fazer essa interferência também nas escolas estaduais? Numa das entrevistas, uma diretora me disse que o CAE tinha muita influência nesse aspecto, que eles faziam muitas fiscalizações e que a qualidade melhorou muito por conta das denúncias que eles fizeram. Foi relatado que a primeira empresa contratada era bem precário o serviço, em questão de higiene, qualidade e cuidado dos alimentos, e que agora mudou muito graças a essa interferência do CAE, mas mesmo assim não teve nenhuma atuação na educação para a alimentação. Tem um programa do estado que está trabalhando também só com alunos de primeira a quarta série, atuando mais ou menos da mesma forma. Mas a partir da quinta série, eles não recebem mais nenhuma informação.

E4: Olha quanto ao CAE eu realmente não tenho muitas informações pra te passar. (logo a professora me passou 2 contatos que triam mais informações.)

P: Vocês tem trabalhado mais especificamente com crianças. Tem algum questionamento sobre a alimentação escolar e a idade dos alunos.

Em uma escola a diretora me relatou que o sentido que os alunos do diurno dão pra alimentação é completamente diferente do que os alunos do noturno. Os do diurno preferem lanches, coisas mais fáceis de comer enquanto caminham e brincam, e os da noite, como geralmente vêm de uma jornada de trabalho, preferem a refeição salgada.

E4: Quem vê isso são os nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar. As nutricionistas procuram fazer uma visita semanal ou quinzenal nas escolas. Quando eu falo escolas, quero dizer unidades educativas, da pré-escola até o ensino médio e fundamental. Mas não é uma ação que o estágio daqui atue.

P: Essa atuação é do estágio obrigatório do curso?

E4: É. Nosso principal vínculo é com a unidade de saúde. As vezes a gente atua na unidade de saúde, as vezes na escola, as vezes na escola com a unidade de saúde. Em alguns momentos é o próprio DEPAE que indica pra gente em que unidade educativa a gente deva atuar. Então no total, eu não sei quantas escolas do município são.

P: (não foi possível entender a pergunta)

E4: O nosso trabalho tem feito pouco pelo cardápio e mais pela atuação, normalmente com atividades de educação alimentar.

P: Como é a relação de vocês com os gestores escolares, a relação é boa, eles fazem muita vigilância, muita exigência, ou deixam vocês mais a vontade para trabalhar?

E4: A direção e a coordenação pedagógica têm um trabalho bem próximo ao nosso. Normalmente a gente entrega um plano de ensino antes, das atividades que a gente vai desenvolver no estágio. Nosso estágio é de 9 semanas, mais ou menos 2 meses, então a cada início de estágio a gente entrega um plano de atuação e muitas vezes as nutricionistas do DEPAE fazem um reconhecimento e entram em contato com os diretores... Mas o trabalho é próximo. Na XXX para planejar qualquer atividade, tem que estar presente a nutricionista que atua lá, nós do estágio, a coordenação pedagógica, a direção da escola, a professora regente. Nessa atividade que a gente tá realizando agora são três professoras envolvidas, a de matemática, a de ciências e a regente da sala, as merendeiras e a agente do núcleo de saúde, por que partiu dela a necessidade de tra-

balhar com a criança na horta que tem na unidade de saúde agora, hoje em dia tem uma horta na escola também por conta disso. A cada reunião que a gente faz todas essas pessoas estão presentes. Para entrar na escola é obrigatório a apresentação de um termo (muita interferência não pude decifrar o resto da frase).

P: É muito burocrático o trabalho com a SED?

E4: A gente tem uma parceria próxima, mas sempre depende disso. No início do estágio a gente tem que mandar a lista de atividades, a lista dos estudantes, não só os do estágio, na segunda e na sexta fase eles fazem intervenção também. Aí a gente sempre tem que mandar essa lista de estudantes mas eles recebem bem.

P: Como são feitas as atividades dentro de sala de aula, é tipo palestras?

E4: (acenou negativamente com a cabeça) É por que tem essa concepção assim, que a partir da educação alimentar, a gente vai passar um monte de informações para a pessoa e aí ela vai mudar os hábitos dela, não adianta dar a informação se ela não precisa, então não é dessa forma que a gente trabalha. A gente sempre tenta trabalhar com a concepção de educação popular, por isso a importância de ter um planejamento de atividades e todas essas questões que eu te falei. Então a gente evita ir lá e fazer palestras, fazer teatrinho e achar que essa é a melhor forma de educação alimentar e nutricional. A gente quer inserir outras concepções, a gente tem essa parceria intersetorial, de estar junto com a unidade de saúde na escola fazendo intervenções. Então a gente tem uma boa articulação, com os diretores, os estagiários, os professores, aliás, eles não saem da sala enquanto nós estamos lá. Nosso objetivo é esse, pensamos até em dar um tipo de capacitação para os professores, pra eles entenderem que atividades eles podem fazer pra nos auxiliar. Nós entregamos nesse último estágio portfólios para as crianças. A professora de ciências disse que queria trabalhar as partes da planta, então aproveitamos a horta. O interessante é que muitas crianças não reconhecem aquele ambiente, não entendem que o alimento que elas comem vêm dali, que é plantado. Então a gente queria trabalhar essa questão da origem e esses alimentos também estão presentes na alimentação escolar, claro que não 100%. Então a gente viu a necessidade de trabalhar isso com as crianças criando um portfólio, e esse portfólio incluiu uma receita, e a receita é justamente da alimentação que essa criança tem dentro da escola. Depois a gente fez uma atividade de ir até a horta da escola identifi-

car os alimentos. E a terceira atividade é cozinhar, usar a maior quantidade de alimentos que essas crianças conheceram e fazer receitas com elas junto. A horta da escola é quase que exclusivamente utilizada para essas atividades pedagógicas.

P: Os professores de educação física participam dos trabalhos com vocês:

E4: Não.

P: Seria interessante, mas nas escolas que eu fui também me falaram que o professor de educação física não participa. O que foi me relatado como intervenção, é que enfermeiras do posto de saúde foram na escola fazer pesagem com os alunos. Mas a diretora disse que não deram nenhum feedback, só colheram os dados e nunca mais voltaram. Os alunos ficaram só sabendo do seu peso e IMC, mas nem ao menos explicaram o que isso queria dizer. Então pode ter gerado até constrangimentos essa ação. Você vê essas ações de estar antes de qualquer esclarecimento, tratar com o aluno diretamente do peso, como algo que possa trazer um resultado positivo?

E4: Vou te falar da nossa experiência com a creche XXX, que foi um projeto de extensão. A gente fazia isso, pesava, media e tentava reverter esse assunto na questão da alimentação. Então nós queríamos mostrar pros professores que eles poderiam tratar o alimento em qualquer disciplina, nem que seja em matemática, pra eles contarem quantos legumes tem (rs). Na história, qual que é a origem do alimento, a cuca, um exemplo, falar da culinária germânica, e de outras, o que vai nas receitas e porquê. Há várias formas de trabalhar o alimento, fora isso a gente pode aproximar esse alimento da criança. Muitas vezes a criança desconhece que o leite vem da vaca, que a maçã dá em árvore, já foi mostradas várias frutas e as crianças nem sabiam reconhecer que fruta era aquela. Elas perderam o conceito, acham que o alimento vem do supermercado, e a gente tenta mostrar toda a forma de produção que existe por trás dele. Mas voltando na pesagem, a gente tentava mostrar que aquilo não era um fator determinante, mas uma fase em questão, então a gente fazia aquele discurso, que a gente precisa se preocupar com o que come. Algumas crianças a gente encaminhava pra um atendimento individualizado, falava sobre atividade física, falava com a própria comunidade. Fui longe pra te dizer, que se esse é um entendimento de saúde pra mim? Eu acho que não, essa questão que você apresentou pra mim... É fundamen-

tal o retorno para a escola. Se a criança ta com um peso elevado agora, o que é isso? É agora? É sempre? O que eu vou fazer no futuro? Tem que trabalhar diversas ações e esclarecer para os pais o que a gente está fazendo. Depois de umas 3 medições a gente tentava ver a raiz do problema, por exemplo, essa criança está acima do peso por que ela come por ansiedade, os pais pouco ficam em casa e esse é um dos únicos prazeres dela, até porquê muitas não podem sair muito de casa, por que o tráfico toma conta da região. Então essa criança vive num ambiente de conflito muito forte, e vai descontar a sua ansiedade na comida. Não da pra chegar nessa criança falando que ela tem que comer menos, tem que fazer atividade física, que talvez traga até mais constrangimento, como você falou. Depois de uma reunião com outros profissionais de saúde, aí talvez a gente identifique qual é a melhor orientação para dar pra essa criança, até para a psicologia e a assistência social intervir naquela situação.

P: A agricultura familiar, vocês vem como um ponto positivo? Como vocês trabalham esses alimentos diferenciados?

E4: Vou te falar de novo da pesquisa, nós tentamos alguma forma de contato com os agricultores familiares, mas é difícil. São pessoas que moram em meios rurais, o celular na maioria das vezes não pega, é complicado o contato. Enquanto senso é um dado que eu não posso te dar. Pensando no lado escolar, a gente tenta trabalhar a qualidade do alimento. Nem sempre o produto que vêm da agricultura familiar é um produto bonito que nem a gente vê no mercado, então a gente tenta trabalhar o porquê de ele fazer bem pra saúde, tenta mostrar que o gosto é melhor. A gente tenta discutir isso, que nem sempre uma fruta toda bonita e vermelhona, nem sempre é o melhor pra eles. Outra coisa, nem sempre o fornecedor consegue te fornecer o alimento combinado, por causa das safras, não tem como disponibilizar melancia em julho, isso é outra coisa que a gente tenta trabalhar com eles.





## APÊNDICE E – Entrevista agente PNAE

Realizada no dia 05 de dezembro de 2014, às 14:00, na sala do PNAE (CCS 320 UFSC)

Entrevistada 5 (E5) = Diretora

P = Pesquisadora

E5: Mesmo se tu pegar outros tipos de escola pública, a gestão é diferente. Por que em escola federal, tem um tipo de gestão, a estadual outro e a municipal um terceiro tipo de gestão. Se tu pegares o mesmo morro, a mesma comunidade se tiver mais de uma escola, a gestão vai ser diferente. É uma diversidade muito grande para comparar. No caso do estado, a gestão tá terceirizada, e daí nem sempre a empresa pra escola é boa, é positiva, nem sempre a empresa cumpre tudo aquilo que está no contrato. Tem uma nutricionista pra estado inteiro, que faz o cardápio pro estado inteiro, então imagina como que é o acompanhamento dessa nutricionista na escola. Ela não consegue acompanhar a compra, saber se falta alimentos, se a qualidade que está sendo servida é boa, é impossível pra ela. E no caso da gestão municipal, eles fazem a compra da agricultura familiar, o agricultor entrega os produtos na escola e só a mão de obra é terceirizada. As merendeiras e a nutricionista que acompanham alí são terceirizadas, então são formas muito diferentes de gestão. No caso do estado a mesma empresa compra o alimento, faz o alimento e serve o alimento. Então quando ela compra, pode ser que não seja o alimento de melhor qualidade, por que tem que ser mais barato, tem que ter lucro. O valor da refeição final é o mesmo, então aonde que ela vai economizar? Na qualidade do alimento. Acaba comprando refugo de frutas e hortaliças, que o CEASA já vai descartar, compra mais barato. Eu já cheguei a visitar escolas que a alface chegou naquele dia no colégio todo murcho. Aí depende também da iniciativa do gestor da escola. Se o diretor cobrar da empresa e ficar em cima, pra aquela escola a empresa vai seguir na linha, mas escola que não acompanha, por que o diretor tem várias funções, tem que cuidar de tudo, aí a empresa faz o que quer.

P: Fala um pouco do teu trabalho aqui no CECANE e como Agente do PNAE.

E5: O CECANE é um centro colaborador do PNAE, mais vinculado ao

FNDE que é quem financia com a universidade. Então o FNDE manda recurso pros estados, municípios e escolas federais e manda pra UFSC prestar apoio técnico para estas pessoas. A nossa função é ser um braço do FNDE aqui, fazer capacitação, assessoria, pesquisa, na área para os gestores da alimentação escolar, que são as secretárias de educação do município e estado, as escolas federais que querem o nosso apoio a gente também vai lá fazer assessoria, dar orientação em cima da legislação. O nosso apoio com os municípios e estado é um apoio técnico.

P: As Secretarias de Educação entram em contatos com vocês, indicam denúncias?

E5: O CECANE existe em Santa Catarina desde 2007, nos primeiros anos era muito uma busca ativa, a gente ia atrás das escolas, falava “a gente está aqui pra te dar suporte, a gente está aqui pra te dar capacitação”. De uns 2 anos pra cá que veio muito a demanda deles, então muitos municípios ligam e pedem capacitações, suporte técnico, dúvidas pontuais. Tem funcionado assim, deles nos procurarem, só que como a gente tem o financiamento do FNDE, a gente tem um plano de trabalho para cumprir também, então a gente continua fazendo a busca ativa. A gente tem um plano de metas pra cumprir. As vezes a gente recebe fundos pra fazer capacitação em 3 municípios de lugares diferentes do estado, muda muito de um ano pro outro. Então a gente cumpre a nossa meta de trabalho, fica disponível pra essa demanda que vem e ao mesmo tempo atende a essa necessidade deles. Em relação a denúncia, a gente não atende, é com as secretarias de educação. Nosso trabalho é de capacitação e apoio técnico, a gente faz as pesquisas na alimentação escolar e usa esses dados pra aplicação.

P: Além da capacitação com os gestores, vocês agem com os alunos também?

E5: Não, o que a gente faz é o que está na resolução da lei, é o apoio nutricional à alimentação escolar. Mas esse trabalho é feito com os nutricionistas e com os professores. Nessa formação que a gente faz, que é uma das nossas áreas de atuação, a gente reúne os professores do município e discute como a alimentação saudável pode ser inserida no projeto do currículo pedagógico, não só de uma escola, mas de toda a rede daquele município. Então é a aliar a formação técnica que o nutricionista tem, com a capacidade pedagógica do professor. Quem vai

trabalhar isso com o aluno não é o nutricionista, é o professor, é ele que tem a formação pedagógica pra isso, mas o nutricionista tem que dar suporte.

P: Das capacitações, vocês tem algum retorno? Vão na escola e avaliam como está sendo aplicada as formações?

E5: As formações são uma capacitação integrada, vou dar o exemplo desse ano, Campos Novos. A gente usou toda a estrutura do município, a gente ficou em torno de 15 pessoas daqui, que a gente contrata também externos. Usamos toda a estrutura do município pólo, hotel, alimentação, salas nas universidades locais, etc. Nesse município acontece 3 dias de formação com os municípios da região, os municípios que fazem divisa. Esse ano a gente tinha 9 ou 10 municípios da região de campos novos, que todos os dias iam até a região de campos novos e voltavam. Aí desses municípios a gente convida nutricionistas do município, merendeiras, professores, os conselheiros da alimentação escolar, que é obrigatório eles irem por que tem o recurso dos conselheiros, e os agricultores familiares. Então com esses 5 atores sociais de cada município, a gente tem em torno de 100 pessoas na formação. São 3 dias de formação, no último dia da formação eles todos se reúnem. Durante os primeiros dois dias de formação, eles estão divididos por cargos, capacitação das merendeiras, dos professores e tal. No último dia eles são redistribuídos não mais por área de atuação, mas por município. Geralmente essa é a primeira vez que todos esses atores sociais tem contato e discutem os problemas do município deles, o que tem de necessidade, o que tem de positivo que pode ajudar a resolver os seus problemas de trabalho e também eles fazem um plano de trabalho. São eles mesmo que montam, a gente fica lá só pra coordenar, mas eles mesmos que discutem, estabelecem prioridades, o que tem que fazer, se o problema é a agricultura familiar, eles vão tentar destrinchar e traçar metas para resolver.

P: É um projeto de intervenção.

E5: Isso, mas é eles que montam. Nós só damos o suporte nesse momento. Eles vão botar o nome deles no projeto, o calendário de metas, como vão correr atrás pra cumprir, então como são vários atores sociais, eles acabam criando um vínculo, e aquilo ali precisa ser continuado durante o ano, pra cumprir as metas que eles mesmos traçaram. O acompanhamento que a gente tem depois é em cima desse

plano de trabalho. Por que depois da capacitação, onde eles levantam os problemas e elencam as prioridades, aquilo ali já fica como o que eles tem que fazer. Quando a gente entra em contato depois por e-mail pra saber se eles estão conseguindo cumprir, é que eles vão nos dar o retorno. Muitos deles conseguem cumprir o plano, mesmo com atraso, mas a maioria consegue cumprir o plano e fazer as coisas andarem. A maior quebra que a gente tem, é quando troca a gestão municipal, que troca bastante no município, aí tem que começar do zero. Aí o município troca de nutricionista por que ela não é concursada, troca a secretária de educação, e as coisas que a gente trabalhou lá na formação, ficam perdidas.

P: Desculpa eu insistir na pergunta, mas nas escolas estaduais vocês não fazem esse tipo de intervenção?

E5: Então... Não! No município a gente entra em contato com a secretaria de educação e eles que preparam tudo. No caso do estado, eles têm uma política de trabalho mais fechada, então a gente não conseguiu entrar via secretaria de educação, a gente conseguiu entrar via conselho. O CAE do estado que nos convidou para participar das reuniões deles, desde 2010 a gente vem participando de todas as reuniões do conselho. Então a gente dá o suporte técnico necessário pro conselho. O que acontece? Como o estado sofreu várias denúncias, do conselho e dos escolares, o FNDE veio aqui e fez intervenção no estado, de auditoria e fiscalização. Agora o estado tá se abrindo um pouco mais, e agora que a gente está conseguindo entrar na gestão. Teve alguns momentos que eles se sentiram incomodados por causa das denúncias e nos convidaram para reuniões, mas logo depois se afastaram de novo. Por esse motivo a gente não tem muita atuação no estado. O que está previsto para 2015, depois da auditoria, é fazer uma assistência técnica na gestão do estado.

P: As dificuldades então são a burocracia e a terceirização do serviço?

E5: A terceirização do serviço complicou bastante, por que em alguns setores tu podes falar com os gestores estaduais e eles falarem que melhorou. Mas a gestão lá de 2008, também não era certa, não estava sendo feita como a lei previa. Então em 2009, quando terceirizou, aquela escola que só recebia biscoito macarrão e atum, no máximo um frango enlatado, nem congelado, passou a receber fruta, verdura, outros alimentos. A gente tem é que avaliar a qualidade desses alimentos. O cumprimento de cardápio... Aí começam outras questões e outros

problemas que vão além da escola. Por isso que algumas vezes o gestor que está na escola, não percebe os problemas para fora. A gente tem outros problemas com a terceirização, que são: o gasto excessivo, o cardápio que não é cumprido... A legislação do PNAE prevê várias questões do cardápio, do incentivo a cultura local, o hábito da região, o cardápio tem que ser bem adaptado mesmo àquela realidade daquela escola, e isso não é feito. Então a solução não é voltar pra autogestão, aquela também não cumpria a lei, tem que se pensar numa terceira saída.

P: Numa das escolas que eu fui o trabalho de vocês junto com o CAE foi muito elogiado, disseram que através dele que eles puderam tirar aquela primeira empresa que dava muito problema. Eles falaram que o CAE foi um divisor de águas que a partir dele que eles conseguiram movimentar melhor o que acontecia dentro da escola. Mas na outra escola, a diretora disse que até considera de boa qualidade o que é servido hoje, mas que quando o programa de merenda orgânico estava ativo na escola, a qualidade era muito melhor.

E5: São projetos que acabaram por causa da terceirização. Tinha o projeto ambiental também, que tinha a horta.

P: Difícil aplicar isso né. Quando perguntei pros diretores se eles almejavam a autogestão, me falaram que era complicado a escola dar conta de tudo. É uma sinuca de bico.

E5: Outra coisa, a empresa não permite que eles exerçam o papel que seria deles. Então nessas auditorias que o FNDE faz a gente acompanhou as escolas estaduais. Já chegamos em algumas que o diretor falou “a empresa não me deixa entrar na cozinha pra avaliar o serviço e a qualidade”. E é um local público que poderia estar sendo usado inclusive pra educação alimentar. E a empresa não pode impedir ninguém de entrar na cozinha, mesmo que seja pai de aluno, se estiver de toquinha, pode ir lá ver o que está acontecendo.

...

E5: Nosso trabalho de assessoria é de ir aos municípios, as vezes ficamos uma semana, 3 dias, depende do dinheiro que a gente tem. Faz a análise dos documentos, depois visita as escolas e aponta os principais problemas. A partir disso nós fazemos reuniões com os diretores, com o conselho, com os agricultores e apontamos as dificuldades, vê o lado

deles, e não só da gestão. Depois de todo esse levantamento, reunião com o responsável pela licitação de compras, prestação de compras. Então a gente faz várias reuniões, analisa vários documentos, pra depois fazer um apanhado, de situações que a gente considerou inadequadas e depois orienta pra adequar de acordo com a lei.

P: De 2009 pra cá, vocês vêm uma melhora muito grande, ou ainda tem muito caminho para andar?

E5: Não, já melhorou muito, muito mesmo. Claro que tem um caminho longo pela frente, mas a experiência é com certeza positiva. Antes a compra dos alimentos ficava a cargo de qualquer técnico da prefeitura que não tivesse nenhuma formação nutricional. Em Santa Catarina aumentou muito o número de nutricionistas no município. Houve uma melhora também nos conselhos, apesar de trocar de gestão a cada 4 anos, e é aquilo que eu falei, temos que começar tudo de novo. Melhorou a situação da agricultura familiar, como é do município ou no máximo do município vizinho, o alimento chega mais fresco na escola, o agricultor colhe um dia antes e entrega no dia seguinte na escola. Tem muita coisa pra melhorar ainda, principalmente essas coisas mais burocráticas, tipo comprar da agricultura familiar, exige um trabalho diferente do município. Mas não se atendo a esses problemas burocráticos, se você chega na escola e compara antes de 2009 e depois, é uma diferença muito grande, principalmente por causa da agricultura familiar. Também tem mais oportunidade da compra de orgânicos.

P: Hoje 80% da aquisição dos alimentos vêm da agricultura familiar, né?!

E5: Se tu visse os primeiros anos, eles entravam muito em contato conosco perguntando “Como que eu faço pra não comprar da agricultura familiar?”. Era uma novidade e eles não sabiam lidar direito, não precisava licitação, era muito mais fácil comprar tudo de um mercadinho, do que ter que correr atrás de agricultor, comparar preço, da um trabalho maior. Hoje eles já querem saber se podem comprar mais, perguntar “Já fiz 3 chamadas públicas, posso fazer 4? 5? 6?”. Agora os problemas são muito mais burocráticos do que eles se negarem a fazer.

...

P: Quanto a ações diretas de saúde, como deveriam ser feitas, qual a melhor forma de abordar um aluno que está doente, obeso, sem deixar constrangido, mas dando orientação?

E5: Tem que ser feito uma pesquisa por trás disso, pode até nem ser um problema da escola, mas hábitos familiares. Muitas vezes extrapola o ambiente da escola ou “as paredes da cozinha”, que muita gente pensa que alimentação escolar só acontece ali e no refeitório. Envolve a ação de vários profissionais essa avaliação antropométrica. Detectado um problema, entra em ação além do nutricionista, assistentes sociais, psicopedagogas, tem que ter um acompanhamento bem delicado.





## APÊNDICE F – Carta de Encaminhamento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC  
 DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO-MEM  
 DISCIPLINA DE DIDÁTICA GERAL

### CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Prezado(a) Sr(a) Diretor(a),

Visando cumprir com uma das propostas Trabalho de Conclusão de Curso da UFSC e de contribuir com a formação de nossa aluna, encaminho Ana Carolina Bordinhão, matrícula nº 0908008 graduanda do curso de Ciências Sociais, para uma visita de observação do contexto escolar, junto a isso, uma entrevista com um gestor escolar que se disponibilizar a falar sobre o tema do trabalho intitulado "Alimentação escolar como proposta saudável: a performatividade dos profissionais frente a realidade escolar em Florianópolis – SC".

Agradeço a colaboração,

Atenciosamente,

  
 Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon  
 Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC  
 Departamento de Sociologia e Ciência Política

**Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon**  
 Departamento de Sociologia e Ciência Política  
 Universidade Federal de Santa Catarina



**APÊNDICE G – Termo de consentimento e livre esclarecimento**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a aluna da graduação Ana Carolina Bordinhão Pires, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), matrícula 09108001, intitulado “Alimentação escolar como proposta saudável: a performatividade dos profissionais frente a realidade escolar em Florianópolis – SC”. A mesma pode ser contatada pelo e-mail [carolbordinhão@gmail.com](mailto:carolbordinhão@gmail.com) e pelo telefone (48) 96072483.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com gestores escolares e nutricionistas, visando, por parte da referida aluna a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que este estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não recebi nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

Florianópolis, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.